

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**ESTUDO DA ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO EM
TRÊS ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE
DOM PEDRITO RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Luis Fernando Rücker Fabricio

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

ESTUDO DA ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO EM TRÊS ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO RS

Luis Fernando Rücker Fabricio

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista

Orientador: Dr. Vicente Celestino Pires Silveira

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

**Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização**

**ESTUDO DA ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO EM TRÊS
ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO RS**

elaborada por
Luis Fernando Rücker Fabricio

como requisito parcial para obtenção do grau de
**Especialista em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo**

Comissão examinadora:

Vicente Celestino Pires Silveira, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Cláudio Marques Ribeiro, Dr. (EMATER-RS/ASCAR)
(Co-orientador)

Fernando Luiz Ferreira de Quadros, Dr. (UFSM)

Paulo Roberto Cardoso da Silveira, Ms. (UFSM)

Santa Maria, Agosto de 2011.

DEDICO

Para Miriam, minha esposa, mulher e companheira, pelo carinho, apoio, incentivo e todo o respaldo para o desenvolvimento das minhas atividades profissionais com a tranquilidade necessária. Para os meus filhos Luisa e Guilherme pela compreensão durante as constantes ausências dos últimos anos e as presenças “ausentes” durante o período de elaboração da monografia.

AGRADECIMENTOS

Ao orientador Vicente Celestino Silveira pela contribuição rápida e ágil nos momentos necessários.

Aos colegas e amigos do Escritório Regional de Bagé Fábio, Erone, Cláudio, Jandira, Vânia e Jarbas pelas discussões realizadas e ajuda durante a realização do curso. Um agradecimento especial ao Erone, que incentivou a minha participação e compartilhou os bons e maus momentos do curso, e ao Tocha pelo estímulo para elaboração da monografia, orientação e revisão dos textos.

À minha irmã Lucia, pela contribuição na revisão da monografia e na troca de idéias durante longas ligações telefônicas.

Aos colegas do Escritório Municipal de Dom Pedrito, Enoé, Leopoldo e Walney, pelo apoio durante a realização das entrevistas.

A todos os colegas e professores do Residência Agrária, que contribuíram através do debate para a solidificação de idéias e de ideais.

À toda minha família, em especial para a mãe Martha e irmã Esa, que de uma forma ou outra apoiaram à distância e colaboraram para que as atividades fossem realizadas com mais tranquilidade.

RESUMO

Monografia de Conclusão de Curso
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo
Projeto Residência Agrária
Convênio PRONERA/INCRA
Universidade Federal de Santa Maria

ESTUDO DA ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO EM TRÊS ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO RS

Autor: Luis Fernando Rücker Fabricio
Orientador: Prof. Dr. Vicente Celestino Pires Silveira
Santa Maria, Agosto de 2011.

Através de observação empírica identifica-se que as famílias assentadas, oriundas predominantemente da metade norte do estado, repetem o modelo produtivo da região colonial em seus primeiros anos no assentamento. Posteriormente, com o passar dos anos e sucessivas perdas das lavouras de grãos de sequeiro, acabam reproduzindo a matriz produtiva da região da Campanha. O objetivo da monografia é o estudo das causas e fatores da reconversão da matriz produtiva ocorrida em três assentamentos no município de Dom Pedrito – RS. A hipótese inicial é de que o processo de reconversão produtiva tenha relevância nos assentamentos Alto Alegre, Upacará e Vista Nova. O trabalho se constitui como um estudo de caso, com base em análise documental e realização de entrevistas semi-estruturadas com três famílias assentadas, uma em cada assentamento citado. Análise documental identificou que 100% dos lotes dos três assentamentos trabalham com sistemas de pecuária de corte e que 36 famílias apresentam como principal fonte de renda a pecuária de corte ou de leite. Foram selecionadas famílias da relação de beneficiários original do assentamento ou que estão há mais de 15 anos assentadas no município, que possuem origem na metade norte do estado e que trabalham com sistemas produtivos pecuários. O estudo realizado evidencia que a região da Campanha Gaúcha apresenta condições ambientais e estruturais diferenciadas. Em função disso, as entrevistas realizadas permitiram identificar que o processo de reconversão produtiva das famílias assentadas foi causado pelas condições ambientais da região (clima, solo, relevo e vegetação) e falta de infra-estrutura local e regional (estradas e acesso ao mercado). A motivação das famílias para produção de bovinos de corte são a segurança e o baixo risco da atividade, em função desta ser a melhor alternativa técnica e econômica de forma sustentável nas condições do assentamento e região. Para sustento das famílias e garantia da reprodução social, os entrevistados buscaram formas de aumento da área explorada, em função do tamanho reduzido dos lotes nos três assentamentos e da necessidade de maior escala de produção para compensar a baixa rentabilidade econômica da pecuária de corte. Na história das migrações anteriores ocorridas na região, como a instalação da Trigolândia em 1925, a Colônia Nova em 1950 e a Colônia Salvador Jardim em 1964, percebe-se que ocorreu o mesmo processo de adaptação das famílias assentadas ao agroecossistema regional. Diferentes épocas, diferentes origens, diferentes culturas, diferentes religiões, diferentes formas constitutivas, processos semelhantes. Em função das evidências apresentadas, sugerem-se estratégias diferenciadas de reforma agrária na Campanha Gaúcha. Tamanhos adequados de lotes e priorização de famílias da própria região são fatores importantes para instalação de modelos diferenciados de assentamentos na Campanha Gaúcha.

Palavras Chaves: Reconversão da matriz produtiva. Estratégia de reprodução. Assentamentos.

ABSTRACT

Monografia de Conclusão de Curso
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo
Projeto Residência Agrária
Convênio PRONERA/INCRA
Universidade Federal de Santa Maria

ESTUDO DA ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO EM TRÊS ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO RS

Author: Luis Fernando Rücker Fabricio
Adviser: Prof. Dr. Vicente Celestino Pires Silveira
Date and place of defense: Santa Maria, August, 2011.

Through empirical observation that identifies the families settled, coming predominantly from the northern half of the state, repeat the production model of the region in the early colonial years in the settlement. Subsequently, over the years and successive losses of rainfed grain crops, end up reproducing the matrix of the region's productive campaign. The aim of the thesis is to study the causes and factors of production matrix conversion occurred in three settlements in the municipality of Don Pedrito - RS. The initial hypothesis is that the process of restructuring of production has relevance in the settlements Alto Alegre, New Upacará and Vista. The work is constituted as a case study, based on documental analysis and semi-structured interviews with three families settled, one in each settlement quoted. Documentary analysis found that 100% of the plots of the three settlements systems work with beef cattle and 36 families have as their main source of income in the beef cattle or milk. Families were selected from the original list of beneficiaries of the settlement or are more than 15 years settled in the city, which have originated in the northern half of the state and working with livestock production systems. The study shows that the region of Rio Grande do Sul campaign has different structural and environmental conditions. As a result, the interviews have identified that the process of productive restructuring of settlers was caused by the region's environmental conditions (climate, soil, topography and vegetation) and lack of local infrastructure and regional (roads and market access). The motivation of families to the production of beef cattle are the safety and low risk activity, given this to be the best technical and economic conditions in a sustainable way of settlement and region. To support families and ensure the social reproduction, the respondents sought ways to increase the area explored, due to the small size of the lots in the three settlements and the need for larger scale production to compensate for the low economic profitability of beef cattle. In the history of past migrations occurred in the region, such as the installation of Trigolândia in 1925, the Cologne New Cologne Salvador in 1950 and the Garden in 1964, it is clear that there was the same process of adaptation of settlers to the regional agroecosystem. Different times, different backgrounds, different cultures, different religions, different constitutive forms, similar cases. Depending on the evidence presented, we suggest different strategies of land reform campaign in Gaucho. Appropriate sizes of lots and prioritization of families in the region are important factors for the installation of different models of settlements in the Campaign Gaucho.

Keywords: Conversion of productive matrix. Reproduction strategy. Settlements.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 Objetivo geral	9
1.2 Objetivos específicos.....	9
1.3 Justificativa.....	9
1.4 Metodologia	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 Reforma Agrária e desenvolvimento	13
2.2 Sistemas de produção e atividades produtivas tradicionais na região.....	18
2.3 Reconversão das atividades produtivas	20
3 A COLONIZAÇÃO DA CAMPANHA E A RECONVERSÃO DAS ATIVIDADES TRADICIONAIS	23
4 ÁREA DE ESTUDO	29
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
5.1 Dados dos agricultores e situação das famílias.....	33
5.2 Origem e trajetória das famílias e instalação no assentamento	35
5.3 Situação atual das famílias no assentamento	36
5.4 Situação produtiva atual e transformações ocorridas nos lotes	38
5.5 Perspectivas futuras	43
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

Os assentamentos de reforma agrária instalados no município de Dom Pedrito estão inseridos no Núcleo Operacional Fronteira Oeste (NO Fronteira Oeste) e estão localizados na Campanha do Rio Grande do Sul agrupados pelo INCRA para prestação de serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES). Entre eles estão os Assentamentos Alto Alegre, Upacará e Vista Nova.

A maior parte das famílias dos Assentamentos do NO Fronteira Oeste é originária de outras regiões do Rio Grande do Sul. As regiões de origem das famílias assentadas apresentam características diferentes dos municípios da Campanha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul em relação à clima, solo, estrutura fundiária, matriz produtiva, canais de comercialização, distância da sede, topografia, paisagem, ocupação do espaço rural, acesso à saúde, educação e outras.

Inicialmente, parte das famílias assentadas desconsiderou as diferentes condições dos agroecossistemas e buscou reproduzir a matriz produtiva de sua região de origem, baseada no cultivo de grãos, especialmente milho e soja. Ao longo do tempo, as perdas sucessivas das lavouras de grãos de sequeiro devido às constantes estiagens ocorridas nestes municípios, fizeram com que parte das famílias assentadas acabasse reconvertendo a sua matriz produtiva. A reconversão foi realizada em direção à produção de bovinos de corte e de leite, passando a reproduzir a matriz produtiva e os sistemas de produção originalmente instalados na região Campanha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul que é a criação de bovinos em sistema extensivo de produção.

Este trabalho busca explicar as causas e motivações que levaram os assentados, os quais têm uma formação agrícola e uma cultura baseada na produção de lavouras de sequeiro, a repetirem as matrizes produtivas da bovinocultura de corte e leite, os sistemas de produção e os formatos tecnológicos dos produtores já historicamente instalados na região.

1.1 Objetivo geral

Estudar os motivos que levaram a reconversão da matriz produtiva original das famílias assentadas nos Assentamentos Upacaraí, Alto Alegre e Vista Nova, localizados em Dom Pedrito - RS, para a matriz produtiva tradicional da região da Campanha Gaúcha em um período de 20 anos.

1.2 Objetivos específicos

- Identificar a importância da reconversão produtiva ocorrida nos assentamentos Alto Alegre, Upacaraí e Vista Nova localizados no município de Dom Pedrito;
- Entender as causas da transformação ocorrida no sistema produtivo das famílias assentadas;
- Estudar a situação atual de algumas famílias que reconverteram a matriz produtiva.

1.3 Justificativa

O processo de reforma agrária tem tido como objetivo, além de uma melhor distribuição do recurso terra, provocar uma diversificação das atividades produtivas de determinada região. Assim, no Rio Grande do Sul, os processos de desapropriação ocorridos na Metade Sul durante o final do século XX, tiveram como expectativa a reprodução de uma agricultura familiar “colonial” semelhante ao observado em algumas regiões do Norte do estado. Para isso, e para desafogar processos de pressão social, foram implantados na região da Campanha alguns Projetos de Assentamentos (PA) trazendo pessoas de outras regiões do estado.

A expectativa era, portanto, diversificar as atividades produtivas na região, incrementando a agricultura familiar e reforçando o tecido social da região.

Entretanto, observou-se que inicialmente as famílias assentadas buscam repetir o modelo produtivo do Norte do estado (de onde são oriundos) baseado nas lavouras de grãos e, logo a seguir, devido às sucessivas perdas de safra, acabam assumindo sistemas de criação animal em campo nativo nos seus lotes, reproduzindo o sistema de produção existente na região.

Uma das faces desse processo são as perdas da produção agrícola, gerando uma situação de inviabilidade econômica, endividamento e, conseqüentemente, impossibilidade de acesso a novos recursos de crédito rural. Por outro lado, a implantação de lavouras e a necessidade de sobrevivência levam a uma utilização inadequada dos recursos naturais dos frágeis agroecossistemas da região, sendo que, atualmente existe o reconhecimento por parte da sociedade sobre a necessidade de conservação do Bioma Pampa. No processo de adaptação, muitas famílias optam pela produção pecuária de corte ou pecuária de leite, reproduzindo a matriz produtiva original da região. A mudança no processo produtivo apresenta redução dos riscos econômicos e maior preservação dos recursos naturais do Bioma Pampa, através da utilização e manejo do campo nativo para a alimentação dos animais. A matriz produtiva baseada na pecuária vem sendo desenvolvida há séculos na região e apresenta sustentabilidade ambiental (Stammel, 1998).

Outro motivo para realização do trabalho proposto é a falta de maior número de estudos sobre o assunto, o que gera a falta de entendimento do processo pelas autoridades responsáveis pelos programas de reforma agrária e uma dificuldade de definição de estratégias de atuação diferenciadas pelas equipes de ATES, gerando conseqüências negativas para as famílias assentadas, para os assentamentos e para a reforma agrária como um todo.

Existe necessidade de ampliação do conhecimento desta realidade para qualificar a proposta de reforma agrária, de acordo com as características diferenciadas dos agroecossistemas das diferentes regiões reformadas.

1.4 Metodologia

O trabalho se constitui como um estudo de caso dos Assentamentos Alto Alegre, Upacaraí e Vista Nova baseado em análise documental e entrevistas semi-estruturadas com agricultores assentados.

Segundo Yin (2011), o estudo de caso é uma das metodologias utilizadas em pesquisa nas ciências sociais e *“representam a estratégia preferida quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”*.

A abordagem qualitativa, pela escolha técnica de entrevistas semi-estruturadas, é freqüentemente utilizada pelas ciências sociais para enfatizar a complexidade da situação, desvendando a multiplicidade de fatos que determinam a realidade estudada (Neves, 2011). Diferentemente de questionários fechados ou roteiros estruturados, a entrevista semi-estruturada permite uma maior flexibilidade na sua condução e na exploração de novos temas, facilitando a compreensão da multiplicidade de fatos que determinam a situação atual da matriz produtiva das famílias assentadas.

Inicialmente, foi coletada toda a informação disponível sobre os assentamentos do Núcleo Operacional Fronteira Oeste. Os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs) e Planos de Recuperação dos Assentamentos (PRAs) são as referências básicas para identificação dos diferentes tipos de agricultores encontrados nos assentamentos.

A partir das informações destes documentos foram identificadas as alterações produtivas ocorridas nos assentamentos e o grau de importância deste processo na atual configuração dos projetos de assentamento Upacaraí, Alto Alegre e Vista Nova. Essa análise permitiu a definição do foco de ação do estudo e a seleção dos entrevistados.

A hipótese inicial do estudo é de que este processo apresenta relevância em um grupo de famílias assentadas no município de Dom Pedrito, o que levou a realização da pesquisa neste local.

Foram realizadas três entrevistas semi-estruturadas com as famílias selecionadas, uma em cada assentamento citado, partindo de um roteiro mínimo, elaborado a partir de questões que permitiriam obter informações para o melhor

entendimento dos objetivos propostos no estudo. O número de entrevistas não é estatisticamente significativo para o conjunto dos agricultores assentados no município, mas permite compreender a complexidade da situação enfrentada pelas famílias e a dinâmica histórica dos fatos que determinaram as mudanças produtivas, conforme é a proposta do trabalho. Foram selecionadas famílias sob os seguintes critérios: da relação de beneficiários originais dos assentamentos ou que estão há mais de 15 anos assentadas no município; que possuem origem na metade norte do estado; e que trabalham com sistemas produtivos pecuários atualmente.

A sistematização dos dados coletados, tanto na análise documental quanto nas entrevistas, permitiu a realização de uma reflexão e uma análise da situação atual e das condições básicas que influenciaram o processo de reconversão das suas atividades produtivas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Reforma Agrária e desenvolvimento

A primeira ocupação efetiva da terra no Brasil foi o sistema de capitânicas hereditárias no período colonial, através da doação de grandes áreas de terras para membros da nobreza de Portugal. Com o fracasso das capitânicas hereditárias, a Coroa Portuguesa definiu a concessão de sesmarias para a continuidade da política de povoamento no Brasil. As sesmarias eram grandes extensões de terra doadas para membros da nobreza ou heróis militares que possuíssem mão de obra escrava, com o objetivo de estimular a produção no território brasileiro, a partir da instalação de grandes monoculturas. A Lei de Terras de 1.850 estabeleceu a venda das terras devolutas, com pagamento em dinheiro e reconheceu a propriedade das sesmarias. A criação desta Lei garantiu os interesses dos grandes proprietários (Belato, 2010).

Caracterizado pelo tamanho imenso das glebas concedidas era inevitável que o processo de apropriação das terras brasileiras gerasse o processo de concentração da terra em poucos proprietários. Nesse aspecto, a análise do índice de Gini sobre a questão agrária brasileira mostra que o nível de concentração da posse da terra é um dos mais elevados do mundo (Girardi, 2011). O índice de Gini é utilizado para avaliar a concentração de recursos e os problemas de distribuição da riqueza. Quanto mais próximo de 1 o indicador no índice de Gini, maior a concentração, sendo que 1 seria a concentração absoluta. No caso brasileiro, estudos mostram que o índice de Gini sobre a concentração fundiária apresenta indicadores acima de 0,85. Apesar da origem histórica, a concentração fundiária representa um problema atual, tendo em vista que os dados do índice de Gini mostram a estabilidade no quadro da concentração da terra no Brasil.

Neste breve resumo pode-se perceber que a história da posse da terra no Brasil sempre esteve ligada ao poder e ao capital. Também é importante destacar que a origem histórica do problema agrário não foi fruto do acaso e sim uma política de Estado que atendia aos interesses das classes mais influentes e visava à ocupação do território através das grandes propriedades rurais, da produção de grandes lavouras (monoculturas) e utilização de mão de obra escrava (Belato, 2010).

A instalação de assentamentos não alterou o índice de concentração fundiária nos planos estadual e federal (Leite, 2004), porém, de maneira pontual, observa-se que nos municípios com elevada concentração na instalação de assentamentos, como Promissão-SP, há uma regressão no índice de Gini e na concentração fundiária. Segundo Bergamasco (2002), “*o índice de Gini indica que a desigualdade da distribuição da posse da terra nesse município apresentou queda substancial entre 1985 e 1995/96, enquanto que a proporção de estabelecimentos com menos que 10 ha diminuiu*”.

Mesmo com o elevado grau de concentração fundiária, a proposta de desenvolvimento da agricultura implementada no Brasil pelo governo militar, a partir de 1964, não tratou da superação deste problema. Ao contrário, buscou novas formas de aumentar a produção de alimentos e grãos para o mercado exportador, através da mudança da base tecnológica e sem reformar a estrutura fundiária.

O aumento do acesso ao crédito rural subsidiado e o conseqüente incremento maciço dos chamados insumos modernos, como fertilizantes, maquinários e uma grande gama de agrotóxicos, contribuiu para o aumento substancial da produtividade da terra e do trabalho, resultando no aumento na produção de alimentos e grãos para exportação. Apesar dos avanços na produção e produtividade das lavouras obtidas com o processo de industrialização da agricultura, diversos autores, como Moacir Palmeira e Sérgio Leite (Costa, 1998), tratam do processo de modernização da agricultura e os seus efeitos perversos no meio rural brasileiro. A chamada modernização conservadora reforçou a concentração fundiária, incrementou o êxodo rural, aumentou as desigualdades de renda no campo e gerou gravíssimos problemas ambientais.

Em função dos efeitos perversos da modernização conservadora da agricultura brasileira, autores como Girardi (2011) e Palmeira (1998) reforçam a atualidade da discussão sobre a reforma agrária no Brasil.

Estudos sobre os impactos dos assentamentos nos níveis locais e regionais têm sido realizados com o objetivo de identificar “*os processos de mudanças por eles provocados no ambiente no qual se inserem*” (Heredia, 2002).

Heredia (2002) e outros analisaram regiões do Brasil com elevado grau de concentração de assentamentos instalados e identificaram aumento na diversificação produtiva e incremento no acesso ao crédito rural subsidiado. Em outro trabalho, os mesmos autores também analisaram essas regiões sob a

perspectiva da influência dos assentamentos na dinâmica social e política regional, além dos impactos sobre a comercialização da produção. O enfoque dos autores está baseado na compreensão das diferentes dimensões do desenvolvimento e os textos tratam de questões econômicas, sociais e ambientais, considerando que a sustentabilidade representa mais do que uma simples mudança tecnológica ou incremento de renda.

No mesmo contexto, Ramalho (2002) relata o impacto dos assentamentos instalados no Pontal do Paranapanema a partir da análise dos *“efeitos – econômicos, políticos, sociais e ambientais – dos processos de transformação desencadeados pela criação de projetos de assentamentos”* e *“têm como preocupação resgatar os impactos a partir das esferas da vida social, ou seja, buscam auferir as transformações que os assentamentos causam tomando como referência o viés social”*.

Heredia (2002) apresenta a avaliação comparativa da educação nos assentamentos pesquisados nas diversas regiões do Brasil e indica que, *“apesar das debilidades, 70% dos entrevistados percebem melhoras, ao passo que 20% consideram igual e 9% pior”*. Ramalho (2002) e Heredia (2002) mostram que existe um impacto substancial no acesso à educação por parte das famílias assentadas, ou como relata Ramalho (2002) *“uma população que estava totalmente excluída da sociedade, acaba tendo uma possibilidade de ressocialização, de recondução à cidadania”*. Apesar disso, nos dois casos, os autores também mostram que existe uma necessidade de melhoria na qualidade do ensino prestado e de mudanças na proposta pedagógica das escolas do meio rural. Do ponto de vista dos impactos em nível municipal, os autores mostram que os municípios apresentam maiores demandas de recursos para educação do campo sem a devida contra-partida de outras instâncias públicas.

Em relação à saúde existe consenso entre Ramalho (2002) e Heredia (2002) que as condições de atendimento às famílias assentadas são insuficientes, porém os agentes de saúde são presença constante nos assentamentos e parte deles possuem postos de saúde. Nestes, como afirma Heredia (2002), *“raramente há presença regular de médicos”* e *“a precariedade do atendimento à saúde tem efeitos graves sobre a vida dos assentados”*. Da mesma forma que na educação, no atendimento à saúde *“a demanda criada com a instalação dos assentamentos também cria um conflito entre o Estado e o poder público municipal, já que parte*

significativa desses projetos acaba recaindo sobre a própria prefeitura” (Ramalho, 2002).

Diversos estudos apontam melhoria nas condições de vida das famílias após a instalação no assentamento em relação à situação anterior (Leite, 2004; Ramalho, 2002; Lima, 2005 e MDA/INCRA, 2011). Os mesmos pesquisadores constatarem importantes mudanças ocasionadas pelos assentamentos em nível local e regional. A concentração na implantação de projetos de assentamento em determinadas regiões permite dinamizar a economia e potencializa impactos em nível local e regional (Leite, 2004). Bergamasco (2002) e Leite (2004) mostram evidências de que o processo acarreta em nível local uma mudança na estrutura fundiária dos municípios com o aumento no número de estabelecimentos com menor área. Segundo Leite (2004), Heredia (2002) e Lima (2005), as famílias assentadas contribuem para a diversificação da produção primária local e regional. Na pesquisa realizada em seis regiões brasileiras, os produtos mais cultivados foram o milho, a mandioca e o feijão pela sua importância para a segurança alimentar e facilidade de comercialização. A criação de gado bovino, tanto leite como corte, destaca-se em todas as regiões pesquisadas (Leite, 2004). A diversificação da produção influencia na melhoria da alimentação das famílias e na qualidade de vida.

Do ponto de vista dos impactos econômicos na região, Leite (2004), Lima (2005), Ramalho (2002), Medeiros e Leite (1999) e Heredia (2002), afirmam que a instalação de assentamentos provoca a dinamização da economia regional, através da captação de recursos de políticas públicas, ampliação de oferta de produtos primários e demanda de bens no comércio local e regional. Leite (2004) sustenta que os assentamentos são *“importantes geradores de empregos”*, tendo em vista que 90% dos assentados maiores de 14 anos trabalham nos lotes, 12% das famílias entrevistadas prestam algum tipo de serviço fora e 36% dos lotes pesquisados contratam mão de obra de terceiros. Além disso, o mesmo autor ressalta que a comercialização da produção realizada pelas famílias assentadas possibilitou dinamizar, abrir novos canais de mercado e até mesmo recriar canais tradicionais, com impacto favorável na própria agricultura local. Além disso, novas formas associativas de comercialização e processamento da produção são experimentadas pelas famílias assentadas, diversificando os canais de comercialização municipal.

Leite (2004) e Ramalho (2002) concordam que as ações do estado na questão agrária é uma tentativa de resolver conflitos sociais e são insuficientes no

processo de transformação fundiária. Apesar dos impactos expressivos ocasionados pelos assentamentos em nível local e regional permanece a falta de políticas públicas consistentes (serviços de saúde, educação, infra-estrutura, etc.) para induzir o desenvolvimento, que é a marca da ausência do estado no meio rural brasileiro.

Mesmo com os estudos de Leite (2004), Ramalho (2002), MDA/INCRA (2011) e Lima (2005) mostrando melhoria na qualidade de vida das famílias após a instalação nos assentamentos, a evasão e a rotatividade são problemas crônicos da reforma agrária. Bruno e Medeiros (2005) definiram a evasão como o abandono, a desistência e a saída das famílias do lote. Mello (2006) em seu estudo sobre a rotatividade de famílias nos assentamentos do Rio Grande do Sul também inclui como evasão a venda ou a troca de lotes, desde que o responsável não permaneça mais no assentamento. As pesquisadoras encontraram índices de evasão de 29,7% nos 59 assentamentos pesquisados em 22 estados brasileiros (Bruno e Medeiros, 2005). Mello (2006) estudando 193 assentamentos no Rio Grande do Sul encontrou 22,04% de evasão.

Analisando outra realidade, Ribeiro (2009) encontrou 71,4% de evasão em um assentamento localizado no estado de Tocantins. A mesma autora informa que no Primeiro Censo da Reforma Agrária foram encontrados índices de evasão de 35% nos assentamentos mais antigos e até 20% nos assentamentos mais novos. A síntese dos trabalhos citados mostra que as causas mais importantes para a evasão nos assentamentos de reforma agrária são a falta de condições de infra-estrutura (estradas de acesso, moradia, saúde, educação, transporte, energia elétrica, água), dificuldade de produção (e conseqüente falta de geração de renda), problemas relacionados ao crédito (atraso, insuficiência e endividamento) e a situação familiar (falta de mão de obra, doenças, distância da família). De acordo com Mello (2006) existe diferença entre regiões e municípios no índice de evasão de famílias dos assentamentos. Os maiores percentuais de saída de famílias assentadas encontrados em sua pesquisa estão localizados nos municípios de Candiota (32,57%), Hulha Negra (31,83%), Piratini (28,67%) e Herval (32,48%). De acordo com Mello (2006), *“as regiões da Campanha (ou Bagé) e Sul (também chamada Piratini) apresentam os maiores índices de evasão e representam, exatamente, as regiões menos dinâmicas e com um meio ambiente mais desfavorável”*.

Quanto à permanência das famílias no assentamento, Ribeiro (2009) mostra que as principais causas encontradas na situação de Tocantins são a identificação com o mundo rural (“*gostar da roça*”), compromisso com a dívida, valorização da conquista da terra e falta de outras opções. Mello (2006) no seu estudo sobre a evasão no Rio Grande do Sul indica causas para a maior permanência das famílias nos assentamentos da metade norte: melhores solos e condições de clima, que favorecem maiores produções e produtividades, maior dinamismo econômico regional e famílias originárias da mesma região do assentamento.

Em relação aos processos sociais de formação dos assentamentos, Bruno (2001) relata que os assentamentos formados por “posseiros” e “moradores” apresentam baixos índices de evasão. Este fato é explicado pela autora em função do conhecimento da área e das condições locais de produção pelas famílias assentadas. Nos assentamentos instalados pelo INCRA na região essa condição fundamental não é levada em consideração e predominam famílias oriundas da metade norte (região colonial), com outras vivências e características culturais. Chelotti (2011) informa que mais de 90% das famílias assentadas na Campanha Gaúcha são oriundas de outras regiões do estado. O mesmo autor constatou que as famílias assentadas mostram estranhamento em relação ao clima (muito frio no inverno e calor intenso no verão, períodos de estiagens), distâncias (baixa densidade demográfica e isolamento geográfico), paisagem ampla e falta de organização social no meio rural (Chelotti, 2011).

2.2 Sistemas de produção e atividades produtivas tradicionais na região

Ao nível do estabelecimento rural, “*o sistema de produção pode ser definido como uma combinação, no tempo e no espaço, dos recursos disponíveis, com a finalidade de obter produções vegetais e animais. Pode também ser entendido como uma combinação coerente de vários subsistemas produtivos*” (Mielitz Netto, 2009)

De acordo com EMATER (2011), “*o sistema de produção é a maneira pela qual o produtor se organiza dentro dos limites autorizados pelos fatores de produção que o estabelecimento agrícola dispõe (ex. força de trabalho, superfície agrícola, equipamentos, capital, etc.)*”. A mesma fonte, citando Dufumier, informa que “o

sistema de produção pode ser considerado como a combinação de subsistemas independentes, como os sistemas de cultivos e de criações” (EMATER, 2011).

Considerando as diferentes formas de combinação dos sistemas de cultivo e de criações, na região da Campanha e no município de Dom Pedrito predominam os sistemas de produção baseados na pecuária de corte extensiva e cultivo de arroz irrigado.

A bovinocultura de corte é a principal atividade em importância no Rio Grande do Sul por estar presente em todas as regiões do estado e existir há cerca de 300 anos como atividade econômica (Miguel, 2006 e Ribeiro, 2009).

Damboriarena (1992) caracteriza a pecuária extensiva na região como decorrência do processo de ocupação do território e do potencial agroecológico para o desenvolvimento da atividade.

Ribeiro (2009) relata que alguns fatores foram responsáveis pela hegemonia da pecuária de corte na região: *“a contínua instabilidade política (as Guerras e as Revoluções ocorreram em todo o século XIX e parte do século XX), a instabilidade climática (a região é considerada marginal para a maioria das lavouras de grãos), a existência prévia de gado e as facilidades de comercialização de animais”*. A literatura sobre a importância da pecuária de corte no Rio Grande do Sul, especialmente para a região da Campanha, é abundante. Ribeiro (2009) cita em sua tese, autores como Reverbel, Silva Neto e tantos outros estudiosos que corroboram esta idéia.

Da mesma forma, muitos autores mostram a necessidade de escala para trabalhar com esta atividade econômica. Aguinaga (2009), em sua tese de doutorado, tipificou diferentes pecuaristas nos municípios da região da Campanha e relata que a média de área dos estabelecimentos do tipo pecuarista estacionário é de 850,17 hectares, sendo que este tipo apresenta a menor área se comparado aos demais. Com a mesma proposta de identificação dos diferentes tipos de pecuaristas em outra região do estado, Andreatta (2009) identifica que o pecuarista estacionário da Fronteira Oeste apresenta o menor tamanho médio das áreas entre todos, com 605,31 hectares por estabelecimento.

Em um estudo mais abrangente, realizado junto a 540 produtores rurais de 117 municípios de diferentes regiões do Rio Grande do Sul, Miguel (2011) aponta que o pecuarista gaúcho possui em média 948,8 hectares de terras próprias. Trabalho de Chelotti (2011) identifica a Campanha Gaúcha como *“o cerne do espaço*

latifundiário gaúcho, pois se caracteriza pela presença de grandes propriedades rurais que se dedicam à criação extensiva de bovinos e ovinos”.

Apesar das informações dos estudos citados anteriormente, dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2011) mostram que aproximadamente 70% dos estabelecimentos rurais nas regiões Campanha e Fronteira Oeste possuem menos de 100 hectares de área.

Mais recentemente, alguns pesquisadores identificam uma nova categoria social que possui as mesmas características do agricultor familiar em termos de área e lógica de produção, mas exploram predominantemente a pecuária de corte extensiva em suas propriedades. Segundo Ribeiro (2009), alguns estudos “*passaram a identificar e descrever no estado (e de forma significativa na Metade Sul) um grupo numeroso de produtores com pequenas áreas, com características de agricultura familiar que tem como atividade principal a pecuária de corte*”. Os estudos de Ribeiro (2009) e Cotrim (2003) buscam dar visibilidade a esta nova categoria social e mostram que os sistemas de produção com base na pecuária de corte são mais diversificados e complexos em termos de lógica produtiva, tamanho de áreas e utilização de mão de obra do que as informações existentes indicavam. Neste aspecto, Ribeiro (2009) afirma que até 2000 este público era invisível perante a sociedade e meio acadêmico, apesar do número significativo de 8.000 famílias estimado pelo autor somente na Campanha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

2.3 Reversão das atividades produtivas

A pecuária extensiva é a matriz produtiva tradicional da região, sendo explorada há aproximadamente 300 anos pela população local. Segundo Stammel (1998), a “*pecuária extensiva mista (bovinos e ovinos) é a atividade agrícola mais indicada para o ecossistema pampeano*”. A utilização do campo nativo como base forrageira permite a produção de carne sem degradação do ambiente do agroecossistema e a minimização de riscos da atividade produtiva. A melhor adaptação da pecuária de corte às condições do agroecossistema permite às famílias a implantação de um sistema produtivo em co-evolução com a natureza, onde não são necessários grandes investimentos em insumos externos à

propriedade. A produção pecuária é realizada com a maximização dos recursos naturais existentes na propriedade, reduzindo os custos e também os riscos da atividade produtiva. As condições de clima, vegetação, solo e relevo do ecossistema da região tornaram a criação de animais a melhor alternativa técnica de produção sustentável e de preservação do bioma Pampa. Em uma posição mais radical, Stammel (1998) conclui que do ponto de vista da preservação ambiental o Bioma Pampa deve ser utilizado somente com pecuária de corte extensiva.

A instalação de assentamentos na região representa uma forma de resolver conflitos sociais com menores custos, considerando que os preços das terras na campanha são menores que nas outras regiões do estado (Viguié, 2002). Navarro (1999) em seu estudo sobre a história da formação dos assentamentos rurais no estado relata que no período entre 1989 e 1997 houve o deslocamento geográfico da implantação de novos assentamentos para a região metropolitana de Porto Alegre e a campanha gaúcha. Navarro (1999) considera que o deslocamento das desapropriações é reflexo da *“crescente dificuldade de localização de imóveis desapropriáveis”*. Riedl (1998) caracteriza a baixa produtividade das propriedades rurais da campanha gaúcha e a falta aparente de propriedades passíveis de desapropriação em outras regiões do estado como os principais motivos para o aumento das vistorias do INCRA e desapropriações na região.

As famílias da metade norte são tradicionalmente agricultoras e cultivam lavouras de grãos, especialmente milho e soja. Chelotti (2011) afirma que *“em suas regiões de origem esses assentados priorizavam o cultivo de lavouras”*. Na tese de Mello (2006), que analisa a evasão nos assentamentos da metade sul, o autor afirma que no início os assentados priorizaram o investimento em grãos, *“fruto de um comportamento atávico dos agricultores, oriundos, em grande parte, do norte do estado”*. Ao analisar os assentamentos de Candiota e Hulha Negra, Viguié (2002) relata que no início as famílias plantaram *“lavouras de grande escala de milho ou de feijão”* sobre a *“vegetação arbustiva espontânea da zona”*. Os autores citados mostram que inicialmente esses agricultores reproduzem a mesma matriz produtiva da região colonial de origem nos assentamentos da região da Campanha e Fronteira Oeste, os quais possuem outras características ambientais.

Diversos estudos sobre o desenvolvimento dos assentamentos consideram como principais fatores restritivos na chamada metade sul do estado, as condições naturais (solos, disponibilidade de água e relevo), a situação das estradas e a

assistência técnica. Mello (2006), comparando a qualidade de solos da região Campanha (Bagé) e Fronteira Oeste (Santana do Livramento) considera que, em função da dificuldade de manejo dos solos negros da região de Bagé, esse é um fator importante de desestímulo aos agricultores assentados dessa região. Chelotti (2011) em sua avaliação sobre o arrendamento de lotes em um assentamento de Santana do Livramento relata que a lavoura é constantemente prejudicada pela estiagem e que várias safras foram comprometidas em 10 anos do assentamento São Leopoldo, desestimulando as famílias assentadas. Segundo sua observação, *“os assentados tiveram que se adaptar às condições ambientais da região”* e o *“cultivo de lavouras passou para um caráter secundário no assentamento”* (Chelotti, 2011).

Na mesma linha, Mello (2006) afirma que a fraca correlação entre a qualidade dos solos e a evasão nos assentamentos da metade sul pode ser explicada através da mudança na matriz produtiva por parte dos assentados. O autor relata que nessas regiões as famílias estão adotando cada vez mais sistemas produtivos baseados na pecuária de corte e leite e reduzindo a produção de grãos. Também Ribeiro (2009) mostra a adaptação de parte das famílias assentadas em Candiota e Hulha Negra às condições ambiental e sócio-econômica da região. As famílias entrevistadas pelo autor passaram a trabalhar com pecuária de corte em seus lotes para garantia da sobrevivência familiar, após sucessivos fracassos com a produção de grãos. Viguié (2002) estudando a mesma região relata que as colheitas são variáveis de um ano para o outro e aponta os três principais problemas para o cultivo de grãos na região: instabilidade climática, problemas de comercialização (ou de preço) e a queda de fertilidade dos solos (erosão e desgaste pelo uso). De acordo com suas palavras, *“a crise da fertilidade condena para todos a continuidade de uma produção agrícola intensiva baseada sobre os cereais”*.

3 A COLONIZAÇÃO DA CAMPANHA E A RECONVERSÃO DAS ATIVIDADES TRADICIONAIS

Conforme diversos autores, em especial Pesavento (1994), a região da Campanha teve sua ocupação tardia em relação ao restante do país. O território gaúcho foi inicialmente ocupado pelas missões jesuíticas portuguesas, que não prosperaram, e, posteriormente, pelos jesuítas espanhóis que se estabeleceram formando grandes estâncias para criação de gado. Essas estâncias ocupavam desde as margens do rio Uruguai até a bacia do rio Jacuí (Schwanz, 2008). Em defesa às expedições dos Bandeirantes, os jesuítas espanhóis e os índios cristianizados fugiram para a outra margem do rio Uruguai, deixando o gado solto nessa ampla região. Esses animais formaram a “Vacaria del Mar”, uma imensa reserva de gado xucro que se tornou motivo de cobiça de portugueses, espanhóis e mestiços (origem do “gaúcho”). O gado era caçado para a retirada e venda do couro (Pesavento, 1994 e Schwanz, 2008).

Conforme Ribeiro (2009), *“a estância jesuítica introduziu o gado bovino no Rio Grande do Sul com o objetivo de alimentar as populações das suas reduções e estâncias (e apenas posteriormente apresentou interesse comercial nos couros)”*. Schwanz (2008) relata as transformações ocorridas no estado e que houve pouca modificação da paisagem do pampa até meados do século XX. Segundo a autora, apesar das mudanças *“a região da campanha continuou a ser entendida como um local de tradição na criação de gado, favorecida por uma dada paisagem de campo”*.

De acordo com Ribeiro (2009) a concepção existente sobre a região da Campanha era baseada na idéia *“do latifúndio improdutivo e na bovinocultura de corte extensiva, atrasada e conservadora”*, responsável pela estagnação econômica regional. Portanto, segundo essa concepção, a solução para o desenvolvimento da região seria a modificação da estrutura fundiária e a mudança da matriz produtiva. O mesmo autor cita que, de acordo com o senso comum, *“o modelo a ser seguido, e implementado, era a agricultura familiar do norte do estado”* e também que *“as lavouras de grãos (milho, soja e feijão) seriam a grande alternativa para a bovinocultura de corte atrasada”*.

Na perspectiva da instalação da agricultura familiar com base na produção de grãos nessa região e reprodução do modelo de agricultura familiar do norte do

estado, desde meados do século XX várias iniciativas foram desenvolvidas, como as criações da Trigolândia, da Colônia Nova e os assentamentos de reforma agrária.

Abordando a história da colonização na região, Taborda (1975) relata que *“múltiplas foram as tentativas de implantação da agricultura no município de Bagé. Os portugueses das Ilhas Canárias e os colonos franceses logo se viram absorvidos pela pecuária”*.

Segundo Kloppenburg (1974), colonos alemães oriundos de São Lourenço fundaram em 1925 *“uma colônia diferente, localizada em zona de campo, pioneira em todo o Estado”*. De acordo com Fabricio (1987), a Trigolândia foi a primeira colônia formada por imigrantes alemães que se instalou no município de Bagé. A Trigolândia compreendia inicialmente uma área de 549 hectares e foi adquirida por 13 famílias alemãs com o objetivo de plantar trigo em região de campo. O projeto de colonização foi bem recebido pela comunidade local da época, mas todos os recursos e esforços foram empreendidos pelas famílias pioneiras. Posteriormente, um comerciante argentino radicado no então distrito de Hulha Negra e a carteira agrícola do Banco do Brasil possibilitaram o financiamento para plantio das lavouras (Kloppenbug, 1974). Esse comerciante é considerado o antecessor da carteira de crédito rural do Banco do Brasil no município (Fabricio, 1987). Kloppenburg (1974) relata em seu trabalho que, além do trigo, as famílias produziam milho e linhaça. Para evitar intermediação da produção das famílias da Trigolândia, em janeiro de 1946 foi criada a Cooperativa Agrícola Assis Brasil (depois chamada de Cooperativa Tritícola), composta por 36 associados. Em 1950, a Cooperativa contava com mais de 200 sócios e foram comercializadas aproximadamente 2.000 toneladas de trigo por seu intermédio.

A Trigolândia continuou crescendo aproximadamente até 1958, quando havia aproximadamente 400 famílias de colonos. Dez anos mais tarde, somente 200 famílias continuavam no local, sendo que as causas da decadência apontada no estudo de Kloppenburg (1974) foram a falta de apoio da administração municipal, falta de união entre os colonos, o valor do arrendamento das terras e a falta de planejamento. No mesmo estudo é relatado que até a década de 50, Bagé era o sexto maior produtor de trigo do estado, *“mas em virtude do desgaste das variedades de trigo, antes tão produtivas, e a não criação de novas variedades, a produção estatizou (estabilizou), diminuiu até”* (Kloppenbug, 1974).

Nesta mesma época algumas famílias transferiram-se para Cruz Alta, Santa Bárbara e Ibirubá para cultivar o trigo naquelas regiões com ótimos resultados. A realidade hoje mostra que a produção de trigo na comunidade é insignificante e a maioria das famílias sobrevive da pecuária de leite.

Exemplo semelhante foi obtido pela instalação de famílias menonitas no município de Aceguá-RS, na época distrito de Bagé. Segundo Ott (1995) os menonitas fazem parte de um movimento religioso, de seguidores dos ensinamentos de Menno Simons. Por perseguição religiosa, as famílias menonitas espalharam-se pela Europa e estabeleceram-se na Rússia. Após rápido progresso com o cultivo de trigo nas estepes russas, suas terras foram desapropriadas pelo novo regime instalado e foram proibidas manifestações religiosas. Novamente foram perseguidos e os menonitas imigraram para regiões onde houvesse liberdade religiosa. Segundo a mesma fonte, entre 1929 e 1930 algumas famílias menonitas conseguiram imigrar para a América Latina (Paraguai e Brasil). No Brasil as famílias instalaram-se no município de Ibirama-SC, inicialmente e depois deslocaram-se para Curitiba-PR e São Paulo-SP (Ott, 1995 e Fabricio, 1987).

Em 1950, 86 famílias menonitas de Ibirama-SC tiveram conhecimento do plantio de trigo no sul do Brasil e vieram em busca de terras no município de Aceguá. Segundo Ott (1995), *“os campos abertos, superférteis, propícios à cultura do trigo e a mecanização da lavoura”* foram os motivos que atraíram os menonitas. Com recursos próprios as famílias adquiriram uma propriedade e dividiram em lotes de 30 hectares cada, fundando a Colônia Nova. Houve um rápido crescimento no número de famílias instaladas na Colônia Nova, sendo que em 1956 já existiam 280 famílias menonitas. A partir desta data ocorreram sérios problemas climáticos e fitossanitários com a cultura do trigo na região. De acordo com relato de Ott (1995), *“dois anos foram suficientes para arrasar com os primeiros seis anos de desenvolvimento e sucesso”*. No período, aproximadamente dois terços das famílias deixaram a Colônia Nova.

As famílias que permaneceram mudaram de atividade produtiva e criaram a Cooperativa Agrícola Mista Aceguá (CAMAL) com a finalidade específica de receber e industrializar leite (Ott, 1995 e Fabricio, 1987). Ott (1995) relata que em 1995 residiam na Colônia Nova aproximadamente 170 famílias menonitas e trabalhavam com sistemas de produção de leite *“como produção única no momento como fonte de sobrevivência”*.

A Trigolândia contribuiu com as 21 famílias que iniciaram a Colônia Salvador Jardim, projeto de colonização da época do presidente João Goulart. Em 1964, foi assinada a escritura definitiva da nova colônia (Sociedade Amigos da Colônia Salvador Jardim, 1989). A Colônia Salvador Jardim foi criada com 900 hectares, cedidos por Nestor de Moura Jardim para reassentamento de colonos e financiados pela quarta parte do valor real das terras pela Carteira de Colonização do Banco do Brasil (Kloppenbug, 1974).

A instalação da Colônia Salvador Jardim também teve o objetivo de diversificar a matriz produtiva e a instalação de lavouras de grãos nas regiões de campo. Da mesma forma, apresentou trajetória semelhante à Trigolândia. Atualmente, as famílias que continuam no local definiram sistemas produtivos com base na pecuária de leite e lavouras para produção de silagem.

Em 1978 e 1979 foram instaladas as colônias Nova Esperança e Médici, respectivamente, localizadas no município de Hulha Negra, região da Campanha. Essas colônias absorveram as experiências enfrentadas pelas famílias da Colônia Nova e Trigolândia e foram planejadas para desenvolver a produção de leite (cada família recebeu um lote de 20 hectares, matrizes leiteiras holandesas e um silo trincheira).

De acordo com informações de Damboriarena (1992) e Viguié (2002), as primeiras famílias do norte do estado que se deslocaram para a campanha gaúcha através de projetos de colonização foram instaladas na Colônia Nova Esperança. O projeto da Nova Esperança previa a aquisição de terras em Aceguá pela CAMAL e o Governo do Estado ficaria responsável pela criação da infra-estrutura local. Foram assentadas na Colônia Nova Esperança 125 famílias. Destas, 103 famílias eram oriundas da reserva indígena de Nonoai e 22 famílias do município de Bagé (Fabricio, 1987).

Mesmo com a proposta diferenciada de instalação dessas colônias, algumas famílias com origem na metade norte iniciaram o cultivo de grãos de forma comercial e enfrentaram as mesmas dificuldades relatadas anteriormente. Atualmente, a maioria dos lotes da Colônia Médici e Colônia Nova Esperança têm sua matriz produtiva baseada na bovinocultura de leite como atividade principal (Amaral, 2011).

A partir do final dos anos 80 do século passado começou a implantação de projetos de assentamento da reforma agrária na Região da Campanha. Em 1988 foram instalados assentamentos em Aceguá, Candiota, Hulha Negra e Dom Pedrito.

Como ressalta Navarro (1999), após 1988 ocorre um deslocamento geográfico dos assentamentos rurais em direção à campanha gaúcha.

Estudo de Schwanz (2008) sobre as modificações recentes ocorridas na paisagem do pampa afirma que *“a política de reforma agrária implantada pelo governo estadual, na década de 1990, grandes áreas até então de pecuária, foram desapropriadas, municípios como Bagé, Hulha Negra e Santana do Livramento tiveram mais de 17.000 hectares destinados a reforma agrária. Desta forma houve uma significativa modificação na paisagem, até então de campos e pastagens, onde a agricultura familiar foi intensificada.”* Chelotti (2006) relata que atualmente a campanha gaúcha é o foco da reforma agrária no estado.

Segundo Vigié (2002), na região de Bagé os primeiros assentamentos iniciaram em 1988 *“ao redor da antiga fazenda Conquista da Fronteira”*. Em dois anos, o Governo Estadual assentou 300 famílias em 7.500 hectares de área. O mesmo autor relata que em 1992, o INCRA inicia sua atuação nesta região através do assentamento de 50 famílias na antiga fazenda São Francisco. Já em 1996 e 1997 o mesmo órgão federal assenta 300 novas famílias com a expropriação de 5 fazendas em zonas isoladas dos municípios de Candiota e Hulha Negra (Vigié, 2002). A partir de 1999, novamente o Governo do Estado, em apoio às demandas do MST, intensifica os assentamentos na região e triplica o número de famílias assentadas na Campanha gaúcha.

Aproximadamente há 20 anos, no final do século passado, estudos do CICDA (Centro Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola) e CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas e Populares) propuseram a especialização na pecuária de leite como uma alternativa produtiva viável para o conjunto dos assentamentos da região de Bagé, de acordo com Damboriarena (1992). As referências utilizadas pelas ONGs, francesa e brasileira, no estudo para o desenvolvimento dos assentamentos de Bagé são os sistemas produtivos desenvolvidos nas colônias alemãs de Aceguá e Hulha Negra e as condições ecológicas\sócio-econômicas da região (Damboriarena, 1992). A conversão da maior parte dos lotes dos assentamentos de Aceguá, Candiota e Hulha Negra para sistemas de produção de leite ocorreu oito anos após a instalação da primeira rota de leite (Vigié, 2002).

Com a experiência de reconversão da matriz produtiva da Colônia Nova e o sucesso alcançado na produção leiteira, as famílias menonitas propuseram novo projeto de colonização em 1998 no município de Aceguá. Desde a sua concepção o projeto da Cooperativa Assentamento Pioneira Limitada (CAPIL) tinha como objetivo atender aos filhos da Colônia Nova e a sua base fundamental foi desenvolver a bovinocultura de leite. As 80 famílias da CAPIL receberam lotes de 50 hectares, tamanho mais adequado para a atividade leiteira na região. O projeto foi instalado com recursos públicos financiados pelo BNDES, com aval do Governo do Estado, e contemplou a experiência e as demandas das famílias da Colônia Nova, como maior tamanho dos lotes (50 ha), aquisição de matrizes para o desenvolvimento de sistemas de produção de leite e instalação de colonos do próprio município, que possuem conhecimento das características ambientais e atividades produtivas locais.

Na sua tese de doutorado sobre os pecuaristas familiares, Ribeiro (2009) mostra um tipo de agricultor diferenciado que existe atualmente nos assentamentos de Candiota e Hulha Negra: o “assentado pecuarista familiar”. Este tipo de agricultor assentado identificado no estudo possui identidade cultural distinta, outra concepção ideológica e nenhum conhecimento sobre a atividade pecuária. Mesmo com todas as diferenças, Ribeiro (2009) conclui que essas famílias assentadas “*acabaram se transformando em pecuaristas familiares*”, através da “*adaptação possível em uma região diferenciada nas suas condições ambientais, econômicas e sociais*”.

Da mesma forma, como já foi referido anteriormente, Mello (2006) e Chelotti (2011) informam que os agricultores assentados no município de Santana do Livramento também sofreram um processo de adaptação às condições ambientais da região, reduziram o plantio de lavouras para grãos e passaram a trabalhar com sistemas de produção baseados na pecuária de corte e leite.

4 ÁREA DE ESTUDO

O município de Dom Pedrito fica localizado a 445 quilômetros de Porto Alegre, entre os municípios de Santana do Livramento e Bagé, na região da Campanha do Rio Grande do Sul.



Figura 1 – Localização de Dom Pedrito no estado do Rio Grande do Sul

Os três assentamentos de Dom Pedrito foram instalados pelo Governo Estadual em 1989 e as famílias assentadas são predominantemente da metade norte do estado (EMATER, 2010 a, EMATER, 2010 b e EMATER, 2010 c).

No município predominam solos com argila expansiva, muito plásticos e pegajosos quando úmidos e com presença de rachaduras quando secos. São solos de difícil manejo, que apresentam necessidade de tratores de maior potência para o

adequado preparo do solo e com dificuldade de mecanização nos períodos chuvosos. Possuem restrições à utilização intensiva pela suscetibilidade à erosão e formação de voçorocas. O tipo de solo encontrado no município e nos assentamentos também determina maiores problemas para manutenção e conservação das estradas e dificulta o deslocamento das famílias assentadas em períodos chuvosos.

O Assentamento Alto Alegre está localizado no 2º sub-distrito do município de Dom Pedrito, a 43 km da sede e possui uma área total de 349,1 hectares. Da distância total, dezoito quilômetros são percorridos através de asfalto (BR 293) e vinte e cinco quilômetros são de estrada de chão em más condições de trafegabilidade em períodos chuvosos. O P.E. Alto Alegre é composto por vinte famílias, com áreas média dos lotes de 17,45 hectares (EMATER, 2010 a).



Figura 2 – Mapa do Assentamento Alto Alegre (EMATER, 2010 a)

O Assentamento Upacaraí está localizado no 4º sub-distrito de Dom Pedrito, a 22 km da sede do município, compreendendo uma área total de 617,8 hectares. Os lotes possuem área média de aproximadamente quinze hectares, sendo que quarenta famílias foram assentadas no P.E. Upacaraí. A estrada de acesso até as proximidades do assentamento possui boas condições de trafegabilidade, porém as estradas internas apresentam problemas de conservação e péssimas condições em períodos chuvosos. Até 2010, a rota para coleta de leite no assentamento não tinha sido instalada em função das condições das estradas internas (EMATER, 2010 b).

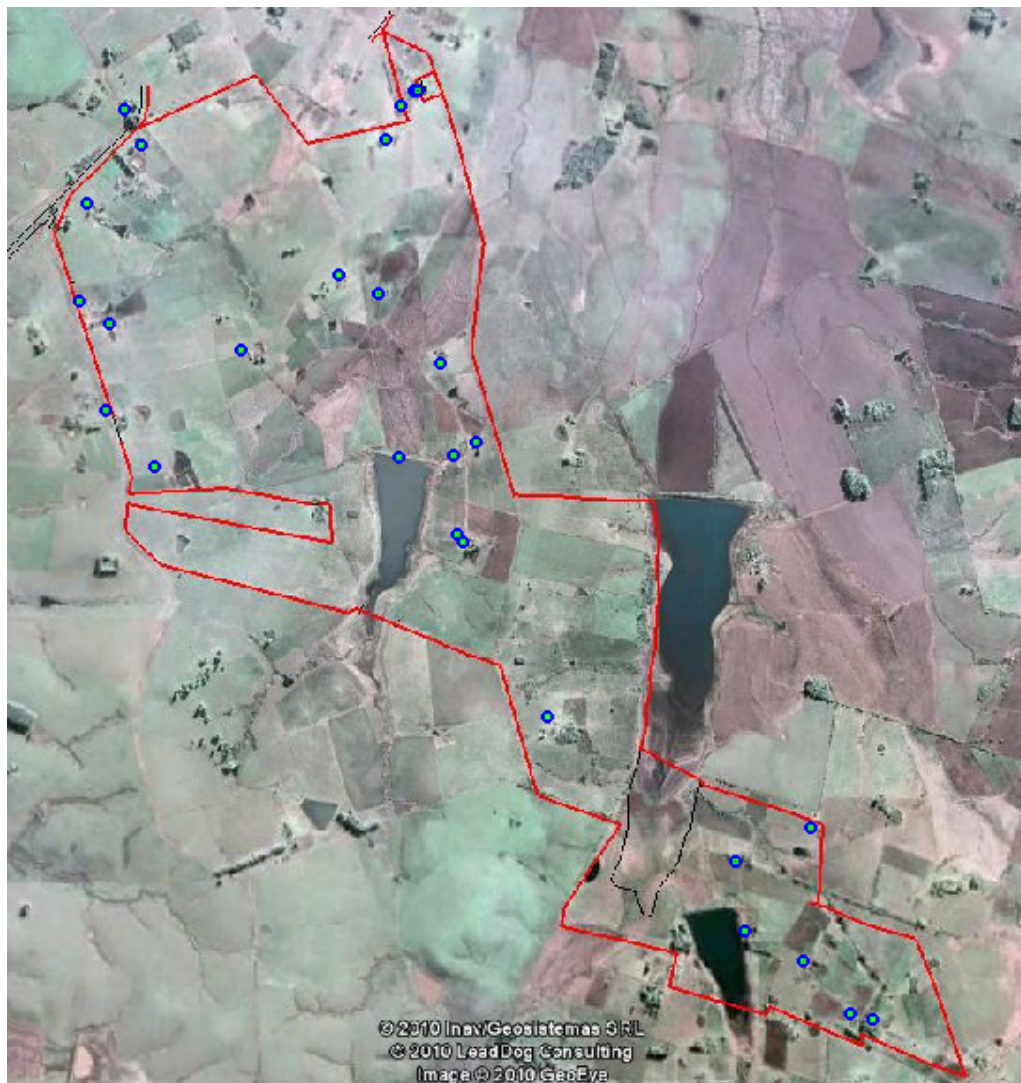


Figura 3 – Mapa do assentamento Upacaraí (EMATER, 2010 b)

O Assentamento Vista Nova encontra-se instalado no 2º sub-distrito de Dom Pedrito, a 45 km da sede do município. A área total do assentamento é de 741,30 hectares, divididos em quarenta e dois lotes. O tamanho dos lotes varia entre 14,62 hectares e 27,34 hectares, com área média de 17,65 hectares por lote (EMATER, 2010 c).



Figura 4 – Mapa do Assentamento Vista Nova (EMATER, 2010 c)

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor entendimento das mudanças produtivas registradas nos assentamentos Upacaraí, Alto Alegre e Vista Nova, localizados no município de Dom Pedrito, foram entrevistadas três famílias assentadas, uma em cada assentamento. O número de entrevistas não é representativo do conjunto dos agricultores assentados no município, mas com esta amostragem é possível compreender a complexidade da situação enfrentada pelas famílias e a dinâmica histórica dos fatos que determinaram as mudanças produtivas, conforme é a proposta do trabalho.

5.1 Dados dos agricultores e situação das famílias

Duas famílias entrevistadas foram assentadas no período inicial de instalação dos assentamentos em Dom Pedrito, em 1989, e uma das famílias chegou no assentamento em 1994. Os lotes apresentam áreas entre 13,9 e 18,37 hectares, dependendo do assentamento. Apesar do reduzido tamanho dos lotes recebidos, atualmente as três famílias trabalham em áreas maiores (até 200 hectares) através de parcerias, arrendamento de terras fora do assentamento ou da utilização dos corredores do assentamento para criação de animais. O termo “corredores” é utilizado na região para definir as estradas vicinais do município. No caso citado, os corredores representam as estradas internas do assentamento. Nesta situação o gado é criado solto, em áreas públicas, sem a existência de cercas que delimite o território de abrangência dos animais.

As famílias são compostas pelo casal e três filhos (dois casos) e o casal e dois filhos (uma das entrevistas), conforme tabela a seguir. Uma das famílias possui um filho que apresenta deficiência mental, com necessidade de acompanhamento específico e direito a aposentadoria do INSS.

Tabela 1 – Composição das famílias entrevistadas

Família	Composição	Idade	Escolaridade
1	Titular	41	Primeiro grau incompleto
	Esposa	33	Primeiro grau incompleto
	Filho	17	Primeiro grau completo
	Filho	15	Sétima série
	Filho	13	Sexta série
2	Titular	50	Primeiro grau incompleto
	Esposa	46	Primeiro grau incompleto
	Filha	27	Não estudou
	Filho	18	Primeiro grau completo
3	Titular	45	Primeiro grau incompleto
	Esposa	42	Primeiro grau incompleto
	Filho	21	Segundo grau completo
	Filho	17	Sétima série
	Filha	4 meses	Sem idade escolar

A faixa etária dos casais titulares dos lotes é entre 40 e 50 anos, com filhos entre 4 meses e 27 anos. A mão de obra utilizada em todos os lotes é exclusivamente da família. Os filhos são jovens, com idades entre 13 e 21 anos, o que aumenta a mão de obra disponível nas unidades produtivas. Os titulares dos lotes possuem ensino fundamental parcial ou completo e os filhos apresentam nível de escolaridade ampliado em relação aos pais. Os filhos mais velhos cujos pais têm ensino fundamental incompleto conseguiram avançar e completar esse nível e na família em que os pais já possuem o fundamental completo seu filho avançou e completou o ensino médio. Os demais filhos ainda estão estudando, em função da idade.

A melhoria da situação escolar dos filhos nos assentamentos de Dom Pedrito corrobora estudos de Heredia (2002) e Ramalho (2002), apresentados anteriormente, que relatam avanços no nível de escolaridade das famílias nos assentamentos do Pontal do Paranapanema e outras regiões brasileiras.

Com a faixa etária ainda relativamente jovem dos entrevistados, somente a família com o filho deficiente recebe aposentadoria do INSS para complementação da renda familiar. Os demais integrantes das famílias possuem boas condições físicas e aptidão para o serviço rural. Não foram relatados outros problemas de saúde nas famílias. Um dos entrevistados possui função de liderança no assentamento (Coordenador do assentamento no Programa de ATES).

5.2 Origem e trajetória das famílias e instalação no assentamento

Em função dos critérios de seleção do trabalho, os entrevistados são originários da região norte do estado, dos municípios de Constantina e Três Palmeiras. Todos possuem em comum a origem no meio rural, porém apresentavam situação distinta em seus municípios de origem. Um trabalhava com o pai em uma pequena propriedade familiar, outro era trabalhador rural diarista e o terceiro trabalhava em parceria e como arrendatário. Outra característica comum entre os entrevistados era o desenvolvimento de atividades essencialmente agrícolas e plantio de lavouras de milho, soja, trigo e feijão no seu município, antes da chegada no assentamento. Todos saíram de suas regiões por falta de opções e dificuldades de sobrevivência. O trabalhador rural não conseguia mais serviço no meio rural em função da mecanização das lavouras e o filho de agricultor familiar não conseguia se sustentar na pequena propriedade explorada pelos pais. Estiveram acampados em acampamentos do MST entre um e quatro anos antes de serem assentados definitivamente no município. Apesar de diferenças na trajetória das famílias e nas suas condições iniciais, todas enfrentaram muitas dificuldades na chegada em Dom Pedrito. Segundo relatam, o Governo Estadual, responsável pelo projeto de assentamento, prometeu recursos para infra-estrutura completa e não cumpriu. Uma família entrevistada possuía animais (duas vacas e galinhas) e algum dinheiro. Essa família chegou no período de instalação do assentamento e ficou um ano em barraca de lona, sem recursos. Outro entrevistado relata que veio somente com a roupa do corpo, porém não demorou a receber recursos (FUNTERRA/PROCERA) e iniciou o plantio das lavouras para seu sustento inicial. A família que se instalou posteriormente veio por intermédio de parentes que já estavam no assentamento e

assumiram lote vago. Em função disso ficaram três anos irregulares na Relação de Beneficiários do INCRA, sendo impedido de receber recursos neste período por este motivo.

5.3 Situação atual das famílias no assentamento

Para o seu sustento inicial, sem o recebimento de recursos para infraestrutura e desenvolvimento de atividades produtivas, as famílias adotaram diferentes estratégias de sobrevivência. Quem possuía parentes no assentamento utilizou-se de ajuda dos mesmos, além de prestar serviços para terceiros como diarista, de forma remunerada. Estratégia utilizada por outra família foi o plantio de produtos variados (quitanda) para venda na cidade. De acordo com seu relato, a primeira produção de abóbora foi comprada diretamente na lavoura por “pura sorte”. A lavoura estava pronta e o agricultor não sabia como vender e nem tinha veículo para transportar a produção. O que seria um problema sério acabou se tornando o recurso para seu sustento inicial, quando uma pessoa em visita ao assentamento negociou toda a produção na lavoura. Com o primeiro recurso recebido comprou um cavalo e uma carroça para transporte da quitanda até a cidade e, durante muitos anos, a família sobreviveu em função da renda obtida com esta atividade, apesar das dificuldades enfrentadas para o transporte da produção (distâncias e estradas em más condições de trafegabilidade) e para a comercialização de porta em porta direta ao consumidor. Nesse tipo de venda, o preço é mais compensador, porém existem dificuldades pelo tempo despendido na comercialização, inadimplência dos clientes e o retorno de parte da produção não comercializada.

Dois dos entrevistados informaram que no início não se acostumaram com as características do município e do assentamento, sendo que somente não foram embora porque não tiveram condições financeiras para a mudança de retorno e nem possuíam perspectivas em outro local. Mello (2006) em seu estudo sobre a evasão nos assentamentos do estado mostra que as principais causas de saída de famílias nos assentamentos da metade sul são a origem das famílias (e a conseqüente falta de conhecimento sobre as condições ambientais dessa região), a menor produtividade das lavouras de sequeiro (pelas condições de clima e solo) e o menor

dinamismo regional. Diversos autores citados concordam que o aumento da evasão ocorre nos assentamentos com más condições de infra-estrutura. Foram exatamente estas as condições enfrentadas pelas famílias entrevistadas no seu período de instalação e que quase provocaram a saída das mesmas dos assentamentos Upacaraí, Vista Nova e Alto Alegre.

Todas as famílias relatam que iniciaram a produção nos assentamentos de Dom Pedrito com o mesmo sistema produtivo de sua região de origem. Os recursos recebidos para o desenvolvimento de atividades produtivas foram investidos no plantio de lavouras de milho e soja. No primeiro ano não ocorreram problemas climáticos e as terras ainda eram “fortes”, garantindo boa produtividade e produção das lavouras. Posteriormente, com o fracasso em diversas safras consecutivas as áreas de lavoura foram reduzidas. Foi relatado que, em geral, a produtividade é baixa e em determinados anos não são obtidas produções de grãos devido às constantes estiagens que ocorrem na região. Em função disso, atualmente nos três lotes somente são plantadas pequenas áreas de milho para auto-consumo da propriedade. Chelotti (2011), Viguié (2002), Mello (2006) e Ribeiro (2009) mostram que os problemas de produção e produtividade das lavouras de sequeiro são comuns nos assentamentos da região e que a estratégia adotada por outros agricultores assentados também é a redução da produção de grãos em seus lotes. Da mesma forma, ao analisar o processo de colonização na região de Bagé, Kloppenburg (1974), Ott (1995) e Viguié (2002) informam que as famílias alemãs que formaram a Tricolândia e a Colônia Nova enfrentaram as mesmas dificuldades na produção de grãos relatadas pelos agricultores entrevistados nos assentamentos de Dom Pedrito.

Sobre os fatos marcantes no assentamento, as posições dos entrevistados foram bastante abrangentes. Os relatos apontam que as principais alterações ocorridas foram o enfraquecimento da terra, as fortes estiagens que tornavam difícil manter as famílias, a parada com o plantio de lavouras para grãos e a caminhada de 14 dias em 1996 para participação nas lutas do MST.

Apesar da precariedade inicial, atualmente os entrevistados relatam melhoria na qualidade de vida das suas famílias. Do ponto de vista educacional, os filhos dos agricultores assentados possuem escolaridade maior que a dos pais. Os titulares dos lotes possuem ensino fundamental incompleto e os seus filhos em idade escolar estão finalizando o primeiro grau (6^a ou 7^a série). Os filhos com mais idade já

completaram o primeiro grau e, até mesmo, um dos filhos possui o 2º grau completo e continua no assentamento. Diversos autores, como Heredia (2002) e Ramalho (2002), relatam melhoras no acesso à educação após a instalação das famílias nos assentamentos do Pontal do Paranapanema e outras regiões brasileiras. Como os filhos dos entrevistados tiveram acesso à escola nos assentamentos Upacaraí, Vista Nova e Alto Alegre, a sua melhoria de escolaridade em relação aos pais reforça a afirmação desses estudos nas condições estudadas. Segundo Heredia (2002), através da avaliação comparativa sobre a situação nos assentamentos de diversas regiões brasileiras mais de 70% das famílias assentadas percebem melhoria no acesso à educação.

As condições de moradia melhoraram ao longo do tempo e os lotes possuem energia elétrica. Além disso, nas entrevistas percebe-se a existência de fogão a gás e fogão a lenha, freezer, televisor, geladeira, antena parabólica, celular e forno de microondas.

5.4 Situação produtiva atual e transformações ocorridas nos lotes

Na chegada aos assentamentos de Dom Pedrito, os agricultores assentados, originários da metade norte do Rio Grande do Sul, investiram os poucos recursos existentes em sistemas de produção adequados às condições de sua região de origem. Conforme já relatado anteriormente e apresentado numericamente na tabela 2, as lavouras de sequeiro perderam espaço na matriz produtiva dos agricultores entrevistados. Atualmente a área de milho cultivada varia entre 1,5 e 5,0 hectares, representando entre 2,5% e 14% da área total dos lotes.

Tabela 2 – Percentual do plantio de milho nos lotes das famílias entrevistadas.

Famílias	Área de milho (ha)	Área total explorada (ha)	% de milho
1	5,0	199,0	2,5
2	2,0	13,9	14,4
3	1,5	61,0	2,5

De acordo com as declarações dos próprios entrevistados, as famílias iniciaram “*com o mesmo sistema de lá*”, “*como produzia pouco*” e o “*milho não dá mais*”, plantam “*uma pequena área de milho*” “*só para o gasto*”. O milho cultivado é utilizado para a alimentação dos animais nos próprios lotes. Em geral este milho é disponibilizado para as vacas de leite e para a recuperação dos animais enfraquecidos, nos períodos de baixo desenvolvimento do campo nativo (estiagens ou inverno). Percebe-se pelas afirmações anteriores o descrédito dos agricultores entrevistados com a produção de lavouras de sequeiro, matriz produtiva da sua região de origem. Segundo os mesmos, as lavouras no assentamento apresentam baixa produtividade em função do enfraquecimento da terra e das constantes estiagens na região.

A motivação das famílias para criação de bovinos de corte informadas durante as entrevistas são a segurança e o baixo risco da atividade, em função de ser a única alternativa viável técnica e economicamente de forma continuada nas áreas exploradas pelas famílias assentadas em Dom Pedrito. A pecuária de corte, segundo afirmação dos entrevistados, é a garantia de sustentar a família nas condições do assentamento.

A cultura do arroz irrigado é uma atividade produtiva amplamente encontrada na região da campanha gaúcha, em função das condições de clima e solo favoráveis existentes. Apesar de não ser tão tradicional quanto a pecuária de corte, esta atividade vem sendo desenvolvida há pelo menos quarenta anos na região e também é considerada uma cultura com boa adaptação às condições ambientais (relevos planos, solos úmidos com dificuldade de drenagem e alta insolação no período estival). Em duas famílias entrevistadas foi informado o cultivo de arroz irrigado, com a presença de dez hectares da cultura em um dos lotes (5,00% da área explorada) e aproximadamente 3,5 hectares em outro lote. Neste lote, existem evidências e informações de que a atividade é explorada em parceria com terceiros no período de verão.

Viguié (2002), Ribeiro (2009), Mello (2006) e Chelotti (2011) afirmam que as condições naturais da região provocam a reconversão dos sistemas produtivos nos assentamentos instalados na Campanha Gaúcha. A maior dificuldade de manejo dos solos negros, a ocorrência sistemática de estiagens, a menor produtividade das lavouras de sequeiro e a dificuldade de comercialização da produção de grãos são

citados pelos autores como os motivos para a adoção de sistemas de produção baseados na pecuária de corte e leite pelas famílias assentadas.

Além destes fatores, as condições das estradas do município de Dom Pedrito, segundo Ribeiro (2009), “*restringem as oportunidades de mercado e as possibilidades de diversificação das atividades produtivas*”.

A tabela 3, a seguir, apresenta o número de bovinos de corte e cavalos existentes nos lotes e mostra que a pecuária de corte predomina no sistema de produção das três famílias assentadas entrevistadas.

Tabela 3 – Número de animais e área explorada com pecuária de corte

Família	Bovinos de corte (nº cabeças)	Eqüinos (nº cabeças)	Área utilizada com pecuária de corte (ha)	% sobre área total
1	130	2	176,0	88,5
2	28	2	13,9	100,0
3	73	2	59,0	96,7

Em todos os lotes a pecuária de corte representa a quase totalidade da área explorada pelos sistemas produtivos utilizados pelos entrevistados, atualmente. A área utilizada com pecuária de corte foi estimada a partir da soma da área de campo nativo e da área de pastagem cultivada em cada lote. O percentual sobre a área total foi obtido a partir do cálculo da área utilizada pela pecuária de corte com a área total explorada por esses agricultores. A família 2 possui um pequeno lote, sendo a área explorada incompatível com o número de animais existentes. Segundo informação do entrevistado, grande parte dos animais é criada nos corredores do assentamento, aumentando a área e a alimentação disponível para a atividade pecuária. Não é possível identificar o total da área ocupada pelo “gado de corredor”.

O Plano de Recuperação dos Assentamentos (PRAs) Alto Alegre, Upacarái e Vista Nova, foi elaborado de forma participativa pelo Escritório Municipal da EMATER de Dom Pedrito, em conjunto com as famílias assentadas. Nestes documentos, encontra-se registrado que a pecuária de corte está presente em cem por cento dos lotes dos três assentamentos. A importância da atividade produtiva na

estratégia de reprodução social das famílias é muito variável. Em grande parte dos lotes, a pecuária está presente como reserva de poupança e o agricultor assentado e a sua família sobrevivem principalmente de outras rendas, como aposentadoria, bolsa família ou prestação de serviços para terceiros (EMATER, 2010 a, EMATER, 2010 b e EMATER, 2010 c). Pela observação da equipe municipal da EMATER de Dom Pedrito, responsável pela assistência técnica nos três assentamentos, a pecuária é a principal atividade geradora de renda para sobrevivência e reprodução social de 36 famílias assentadas no município de Dom Pedrito.

Outra forma de analisar a importância da pecuária no sistema produtivo é a identificação da renda anual obtida pelas diferentes atividades desenvolvidas pelas famílias. A tabela 4 mostra a renda total obtida e o percentual de cada atividade produtiva.

Tabela 4 – Valor bruto anual comercializado por atividade produtiva

Famílias	Pecuária de corte		Arroz Irrigado	
	Comercialização	Valor (R\$)	Comercialização	Valor (R\$)*
1	30 cabeças	35.694,00	540 sacos	12.198,60
2	11 cabeças	6.700,00	294 sacos	6.641,46
3	57 cabeças	53.720,00		

* Cotação do arroz com base no preço médio informado pela EMATER/RS em 12/08/11 (http://www.emater.tcche.br/site/arquivos_pdf/precos/preco_12082011.pdf)

O objetivo da elaboração dessa tabela foi identificar o valor bruto obtido com as atividades produtivas, portanto, não foram consideradas outras rendas essenciais para a manutenção das famílias, como o auto-consumo e a aposentadoria. Em função da utilização somente para o auto-consumo sem comercialização do produto, a cultura do milho não foi incluída na tabela.

Pelas informações mostradas na tabela anterior, a pecuária de corte responde entre 50% e 100% do valor bruto obtido pelas atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias entrevistadas em seus lotes. No cálculo efetuado para a cultura do arroz foram consideradas as informações disponibilizadas pelos entrevistados. Informações de terceiros e algumas evidências durante a entrevista apontam para a

existência de uma parceria no plantio de arroz em um dos lotes visitados. Com isso, o valor informado por este agricultor na cultura do arroz irrigado pode ser reduzido em até 80%, aumentando o percentual do valor bruto da pecuária de corte no total anual das atividades produtivas comercializadas pelos agricultores assentados.

Os principais produtos animais comercializados são bois gordos, carneiros machos e vacas de descarte. Para o engorde dos animais são necessários melhores condições de alimentação através de maior oferta de pasto de boa qualidade ou suplementação com rações. Como a maioria dos pecuaristas familiares não possui essas condições, trabalham somente com a cria e comercializam animais para recria e/ou engorda em propriedades de terceiros. As famílias 1 e 3, que exploram áreas de terra maiores, vendem bois gordos para abate em frigoríficos através de intermediários estabelecidos em Dom Pedrito. A família 2 somente comercializa carneiros e vacas de descarte, reproduzindo o sistema tradicionalmente utilizado pelos pecuaristas familiares, em função da pequena área do lote. As três famílias comercializam os carneiros e as vacas de descarte para produtores maiores estabelecidos em volta dos assentamentos. Os entrevistados informam que também adquirem animais, especialmente carneiros, dos agricultores assentados da vizinhança nas épocas de folga dos campos explorados. A estratégia de comercialização, normalmente adotada, é a venda para terceiros da mesma quantidade de animais que nascem no ano. Quando a situação “aperta” (campos com alta lotação ou necessidade de recursos financeiros pela família), são comercializados maior número de animais durante o ano.

Além das atividades produtivas, todas as famílias possuem pequena área de pomar caseiro para o consumo de frutas e melhoria da alimentação. As mudas frutíferas foram fornecidas pelo Programa Quintais Orgânicos, da CGTEE (Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica), em dois casos. Durante as entrevistas foi identificada apenas uma pequena área de horta caseira, composta por couve e alface, em um dos lotes.

Somente uma família complementa os recursos da exploração produtiva no lote com recursos obtidos por serviços prestados fora da unidade de produção. A família 1 possui um pequeno trator e presta serviços de preparo de solo para terceiros, normalmente agricultores assentados vizinhos que não possuem máquinas e plantam pequenas áreas de milho ou pastagem cultivada. Também presta serviço de mão de obra na construção de galpão e instalação de cercas fixas nos lotes

vizinhos. Os recursos obtidos fora da unidade produtiva são utilizados na área explorada.

5.5 Perspectivas futuras

Tão importante quanto identificar o processo ocorrido é entender as perspectivas futuras das famílias em relação ao seu estado atual no assentamento. Um conjunto de questões levantadas nas entrevistas buscava informações sobre demandas, projetos futuros e relação com atividade produtiva desenvolvida atualmente.

Para avaliar a convicção na estratégia de desenvolvimento adotada pelas famílias com a reconversão da atividade produtiva foi questionado hipoteticamente o que seria feito nas áreas exploradas caso não fosse mais possível criar gado no assentamento. Duas das famílias entrevistadas responderam que não saberiam, pois segundo as suas palavras “*plantar só dá prejuízo*” e “*não quer voltar a plantar, não tem máquina e o custo é alto*”. A família 2 foi mais enfática afirmando que “*abandonava a terra, o gado é a única coisa que defende alguém nessa região*”.

Nessa mesma linha de investigação, foram apresentadas para cada entrevistado 10 opções sobre a sua motivação para a criação de gado de corte: possibilidade de lucro, permitir o sustento da família, permitir a ocupação de membros da família, permitir vender a produção em período de necessidade, segurança (baixo risco), única alternativa possível/viável na sua propriedade, satisfação pessoal, tradição familiar, não sabe fazer outra coisa e não sabe/não respondeu. Os principais fatores identificados pelas famílias foram a busca de segurança, através da minimização de riscos da pecuária, e a identificação da atividade como melhor alternativa técnica para a exploração produtiva nas condições dos assentamentos de Dom Pedrito. Nas palavras de um dos entrevistados a criação de gado de corte no assentamento é a “*garantia de sustentar a família e pagar o banco*”.

Sobre as estratégias desenvolvidas pelas famílias para enfrentar as dificuldades iniciais e permanecer no assentamento desde a sua instalação, os entrevistados destacaram a reconversão da atividade produtiva, recursos trazidos da

região de origem, a rápida geração de renda (prestação de serviços e venda da “quitanda”) e a convicção da conquista da terra, traduzida na confiança em um futuro melhor com terra própria para trabalhar. Segundo as informações obtidas nas entrevistas, a permanência no assentamento está condicionada a aspectos objetivos (existência de recursos iniciais, possibilidade de gerar renda rapidamente e transformação da matriz produtiva) e questões subjetivas (convicção das dificuldades anteriores e confiança num futuro melhor). Da mesma forma, Ribeiro (2009) em estudo apresentado anteriormente, cita que as principais causas da permanência dos agricultores nos assentamentos de Tocantins são a identificação com o mundo rural e a valorização da conquista da terra.

Os três entrevistados foram unânimes em afirmar que o projeto de futuro de suas famílias é a permanência no assentamento, desenvolvendo as mesmas atividades produtivas. Os entrevistados também reafirmaram a sua opção pelo meio rural, através da informação de que gostariam que os seus filhos seguissem na mesma atividade desenvolvida pela família no assentamento. As famílias já estão preparadas para a sucessão e informaram que existe a garantia de que os filhos continuarão a trabalhar nos lotes após a saída dos titulares. Além da garantia de sucessão no próprio lote, em função da pequena área disponível por família nos assentamentos de Dom Pedrito, existe uma tendência dos filhos que alcançam a maioria de buscar a sua regularização em outros lotes vagos dentro do próprio assentamento. Duas famílias do grupo entrevistado já conseguiram regularizar a situação junto ao INCRA e os filhos ocupam outros lotes nos mesmos assentamentos dos pais. A tendência dos filhos é continuar com a mesma atividade em função da experiência vivenciada pelas famílias nos assentamentos de Dom Pedrito. A família 3 informa que o lote do filho é utilizado em conjunto, inicialmente, possibilitando o aumento da área utilizada com pecuária de corte e a renda familiar.

O projeto de investimento futuro nos lotes identificado nas entrevistas reflete o processo de transição enfrentado pelos agricultores assentados. Quando perguntados sobre uma hipotética sobra de recursos, as respostas convergem para investimentos na compra de animais para pecuária de corte, melhorias na moradia e compra de terras. A intenção do aumento da área de posse é a manutenção dos filhos na atividade, em função da menor rentabilidade da cultura e a necessidade de áreas maiores para conciliar o desenvolvimento da pecuária de corte com a garantia

da reprodução social. Aguinaga (2009), Andreatta (2009) e Miguel (2011) afirmam a necessidade de escala para trabalhar com pecuária extensiva de corte.

Da mesma forma, o questionamento sobre a possibilidade de acesso a um crédito rural adequado, com juros baixos, prazos longos e volumes compatíveis com a necessidade, mostra que o principal objetivo dos entrevistados é a compra de terras e de gado de corte. Também foram identificadas outras demandas nessa resposta, como a aquisição de trator, correção do solo (*calcariá a terra*) e estruturar um confinamento para engorda de bovinos de corte. As demandas apresentadas pelos agricultores durante as entrevistas mostram uma proposta de intensificação da atividade pecuária para superar a dificuldade representada pelo tamanho do lote e a reafirmação da identidade de agricultor familiar. Nessas demandas secundárias à vocação agrícola, no sentido do trabalho com lavouras, mecanização e preparo do solo, fica bem caracterizada. Parece evidente que, apesar da mudança de atividade pela necessidade de sobrevivência em condições ambientais diferenciadas, os agricultores da metade norte possuem internalizados de forma atávica o trabalho com máquinas e a condição de agricultor. A demanda do trator pela família 2, que possui a menor área explorada, reflete essa condição. A demanda por correção de solo e pelo confinamento reforça a necessidade das famílias por aumento de produção e renda familiar, em função da pequena área dos lotes da reforma agrária. O confinamento permite reduzir o período de engorda de animais e um giro mais rápido da atividade, o que representa maior produção e renda na perspectiva do agricultor entrevistado. Mesmo que essa expectativa nem sempre seja totalmente confirmada, em função do aumento de custo de uma atividade pecuária mais intensiva.

As outras demandas identificadas nas entrevistas corroboram a idéia da reconversão da atividade produtiva com sistemas diferenciados e mais intensivos. Uma das famílias pretende trabalhar com bovinocultura de leite caso seja confirmada a criação da rota de coleta de leite in natura no assentamento. Também existe demanda junto à prefeitura municipal para que a patrulha agrícola existente no município atenda de forma sistemática aos assentamentos, o que permitiria o incremento na utilização de pastagens cultivadas em substituição ao campo nativo.

Como referido anteriormente, a análise da colonização alemã na região de Bagé apresenta situação semelhante. Kloppenburg (1974), Ott (1995) e Viguié (2002) mostram que os agricultores alemães que formaram a Tricolândia e a Colônia

Nova na região de Bagé, por sua vocação agrícola, reconverteram a matriz produtiva de origem (lavoura de grãos de sequeiro) para sistemas produtivos pecuários. Porém, mesmo condicionados à mudanças na matriz produtiva pelas características do agroecossistema regional, optaram por sistemas mais intensivos de produção de leite. Nos sistemas de pecuária de leite utilizados pelos colonos de origem alemã de Hulha Negra e Aceguá, o campo nativo é substituído por pastagens cultivadas através da mecanização intensa das suas propriedades.

A necessidade de maior escala para desenvolver sistemas de produção pecuários foi apontada por diversos estudos citados. As famílias entrevistadas mostraram a inviabilidade de reconversão da matriz produtiva com o tamanho de lotes definidos no processo de instalação dos assentamentos. Na prática, os entrevistados confirmaram as afirmações dos estudos e buscaram alternativas para aumentar a área explorada, que permita a necessária reconversão do sistema produtivo, mas com perspectiva de renda para manutenção das famílias e garantia da reprodução social. Dessa forma, os agricultores ampliaram a área de posse através de arrendamentos de áreas fora do assentamento, da anexação dos lotes de filhos para produção em parceria e também pela utilização das áreas de corredores para criação de animais. Além disso, existe demanda das famílias por recursos para aquisição de terras e aumento da área explorada para manutenção familiar, conforme as palavras dos próprios entrevistados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado evidencia que a região da Campanha Gaúcha apresenta características ambientais e estruturais diferenciadas. Os assentamentos da Campanha Gaúcha, incluindo o P.E. Alto Alegre, P.E. Upacarái e P.E. Vista Nova, estão localizados na região do bioma Pampa. O ecossistema pampeano apresenta características específicas que tornam o Bioma Pampa único no mundo. As condições de clima, solo, vegetação e relevo da região indicam a criação de animais como a melhor alternativa de produção sustentável e de conservação do bioma Pampa.

Existe consenso que as condições naturais, como características de solos, a disponibilidade de água, o clima e o relevo, são importantes fatores condicionantes do desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária. Os solos negros que ocorrem nos assentamentos Alto Alegre, Upacarái e Vista Nova apresentam dificuldade de manejo pelas suas características físicas, com atraso no preparo nos períodos úmidos e maiores perdas nas épocas de estiagem pelas rachaduras causadas pela contração das argilas expansivas. O clima seco da região é responsável pelas constantes estiagens enfrentadas. As estimativas apontam que em cada década, sete anos apresentam déficit hídrico em maior ou menor grau na região.

Além destes, a boa condição de trafegabilidade das estradas e a menor distância das sedes do município são fatores relevantes no estímulo aos processos de desenvolvimento nos assentamentos de reforma agrária. Contrariamente, os assentamentos de Dom Pedrito estão situados distantes da sede do município (e do acesso à saúde, mercado, etc.) e as estradas apresentam péssimas condições de trafegabilidade em períodos chuvosos. Nessas condições fica dificultado o acesso ao mercado e a logística de comercialização dos principais produtos agrícolas.

Em conjunto, os fatores ambientais e estruturais dos assentamentos de Dom Pedrito são importantes causas de desestímulo e aumento da evasão dos agricultores assentados.

As famílias entrevistadas possuem diversas características em comum. Todas possuíam experiência rural prévia, origem na metade norte do estado e longo tempo de instalação nos assentamentos de Dom Pedrito. Análise documental identificou a

relevância do tema nos três assentamentos selecionados. Cem por cento dos lotes desses assentamentos trabalham com sistemas de pecuária de corte e trinta e seis famílias apresentam como principal fonte de renda a pecuária de corte ou de leite. O processo de reconversão produtiva para sistemas produtivos pecuários foi utilizado pelas famílias como estratégia de adaptação às condições ambientais e carência de infra-estrutura do município e região. Como perspectiva de futuro todas as famílias mostraram motivação para permanência nos assentamentos.

O processo de deslocamento geográfico da instalação de assentamentos para a região da campanha gaúcha ocorrido a partir do final da década de 80 do século passado implica em menores custos por lote e a possibilidade de ampliação do número de famílias assentadas. Ao mesmo tempo, esse processo também significa levar agricultores da metade norte para municípios de outra região com características ambientais diferenciadas e sem as condições necessárias para reprodução do modelo da agricultura familiar colonial desenvolvida no norte do estado. Os agricultores da região colonial da metade norte do estado possuem outras vivências, características culturais, estruturas comunitárias rurais, opções de associativismo. Os municípios da metade norte apresentam menores distâncias de deslocamento até a sede dos municípios, proximidade entre propriedades, mais habitantes no meio rural e maior nível de organização social. Nos seus municípios de origem, as famílias assentadas da metade norte trabalham em condições diferenciadas de clima, solo, estrutura fundiária, matriz produtiva, canais de comercialização, distância da sede, topografia, paisagem, ocupação do espaço rural, acesso à saúde e educação.

O simples deslocamento de agricultores de uma região colonial para a metade sul do estado através da reforma agrária, sem a criação das condições mínimas de estrutura necessárias, significa contrariar toda uma lógica produtiva e social incorporada na vida dessas famílias.

Além das condições mais gerais apresentadas anteriormente, as famílias assentadas demonstraram nas entrevistas dificuldade de adaptação pessoal em relação ao clima muito frio no inverno e calor intenso no verão, as distâncias em relação à sede e até mesmo a diferença de paisagem em relação às suas regiões de origens.

A instalação de um conjunto de assentamentos em uma determinada região geralmente proporciona maior dinamismo econômico e a diversificação da matriz

produtiva original da região. Nos últimos anos, foram instalados um grande número de projetos de assentamento na Campanha Gaúcha, especialmente nos municípios de Candiota, Hulha Negra e Dom Pedrito. Ao contrário do esperado, parte considerável das famílias assentadas na região foi absorvida pelo meio e passaram a reproduzir o sistema produtivo tradicional da região, baseado na produção pecuária de corte.

Ao analisar o processo de colonização e de migração para a Campanha Gaúcha, o estudo mostrou que parte expressiva das famílias oriundas de outras regiões passou por um processo de adaptação às condições ambientais da região e as dificuldades estruturais, que impedem ou dificultam o acesso aos mercados para diferentes alternativas de produção. Ficou evidenciado que em diferentes épocas as famílias migraram com interesse específico na produção de lavouras de sequeiro. Após breve período de tempo na região, essas famílias passaram por um processo de reconversão de suas atividades produtivas para alternativas sustentáveis nas condições do agroecossistema regional, como a criação de animais.

Conforme descrito anteriormente, esse processo ocorreu com os primeiros migrantes portugueses das Ilhas Canárias e colonos franceses, que rapidamente passaram a trabalhar com pecuária de corte. No início do século passado colonos alemães oriundos da região de São Lourenço também migraram para o município de Hulha Negra com o objetivo de produzir trigo e após sucessivos fracassos enfrentados reconverteram suas atividades para a pecuária de leite. Nos anos 50 do século passado, famílias menonitas identificaram as condições da Campanha Gaúcha para a produção de trigo, em função da semelhança com as estepes russas, sua região de origem. Da mesma forma, essas famílias iniciaram com a produção de trigo em Aceguá e migraram para a atividade leiteira, criando a Cooperativa CAMAL e uma sólida bacia leiteira na região da Campanha do Rio Grande do Sul.

Mais recentemente, no final do século XX, a Campanha passou a ser o foco da instalação de assentamentos pelos órgãos estaduais e federais responsáveis pela reforma agrária. Mais de 90% das famílias assentadas na região são oriundas da metade norte do estado e iniciaram suas atividades produtivas nos assentamentos com a mesma matriz produtiva da sua região de origem (lavoura de grãos). Com história mais recente, essas famílias ainda estão em fase de adaptação às condições regionais. Mesmo assim percebe-se que parte expressiva dessas famílias reconverteram sua produção para a pecuária de corte ou de leite.

As famílias migrantes possuíam diferentes regiões de origem, diferentes culturas, diferentes religiões e vieram em diferentes épocas para essa região, porém todas passaram por processos semelhantes de adaptação às características da região Campanha.

As entrevistas permitiram identificar que o processo de reconversão produtiva das famílias assentadas em Dom Pedrito foi motivado pelas condições ambientais da região (clima, relevo, solo e vegetação propícios à produção animal), falta de condições de infra-estrutura (especialmente estradas em boas condições de trafegabilidade) e características de mercado e comercialização da região.

Conforme declarações dos entrevistados, as famílias iniciaram “*com o mesmo sistema de lá*”, “*como produzia pouco*” e o “*milho não dá mais*”, plantam “*uma pequena área de milho*” “*só para o gasto*”. Segundo as famílias entrevistadas as lavouras no assentamento apresentam baixa produtividade em função do enfraquecimento da terra e das constantes estiagens na região (fatores ambientais).

As condições naturais da região provocam a reconversão dos sistemas produtivos nos assentamentos instalados na Campanha Gaúcha. A maior dificuldade de manejo dos solos negros, a ocorrência sistemática de estiagens, a menor produtividade das lavouras de sequeiro e a dificuldade de comercialização da produção de grãos são apresentadas como fatores para a mudança dos sistemas produtivos. A reconversão é realizada pelas famílias assentadas através da adoção de sistemas de produção de bovinos de corte e de leite, passando a reproduzir a matriz produtiva original da região que é a criação de bovinos em sistema extensivo de produção.

A motivação das famílias para criação de bovinos de corte, informadas durante as entrevistas, são a segurança e o baixo risco da atividade, em função de ser a única alternativa viável técnica e economicamente de forma continuada nas áreas exploradas pelas famílias assentadas em Dom Pedrito. A pecuária de corte, segundo afirmação dos entrevistados, é a garantia de sustentar a família nas condições do assentamento.

Para garantia de sustento e reprodução social das famílias é importante considerar que todos os entrevistados definiram estratégias para aumento da área explorada com a atividade pecuária de corte. O arrendamento de áreas fora do assentamento, a parceria com filhos na exploração conjunta dos lotes e a utilização dos corredores do assentamento são as estratégias que viabilizaram o aumento da

área explorada pelas famílias. Como foi identificado, as estratégias utilizadas foram diferenciadas, porém todas as famílias agregaram áreas exploradas, tendo em vista que o tamanho dos lotes nos assentamentos de reforma agrária é insuficiente para a sustentação econômica das famílias com a atividade.

O resgate histórico do processo de colonização da Campanha Gaúcha e as entrevistas realizadas nos assentamentos Alto Alegre, Upacarái e Vista Nova evidenciam os fatores condicionantes do processo de reconversão das atividades produtivas: as características ambientais e estruturais da região.

As entrevistas também demonstram a forte vinculação das famílias da metade norte do estado com a produção agrícola e o trabalho de mecanização do solo. O que aproxima as famílias assentadas da lógica e do modo de produção do pecuarista familiar são as características ambientais e estruturais da região. Em outras palavras, o sistema produtivo baseado na pecuária está mais próximo dos assentamentos de Dom Pedrito pela falta de culturas de grãos de sequeiro viáveis nas condições do agroecossistema regional do que por uma decisão das famílias assentadas.

Mesmo sem ser o objetivo do trabalho realizado, algumas questões identificadas durante sua elaboração possuem relação com o processo de reforma agrária regional e são importantes de serem apresentadas neste momento. Região diferenciada necessita de novas estratégias de reforma agrária. O estabelecimento de um assentamento e a instalação de famílias deve considerar as condições do agroecossistema regional e a aptidão natural das áreas reformadas. O território que compreende o Bioma Pampa é uma região diferenciada e a reforma agrária nessas regiões deve prever modelos diferenciados de assentamentos. Para um processo que respeite as condições ambientais da região da Campanha é necessário repensar as estratégias de reforma agrária realizadas até o momento. Áreas reduzidas não permitem o desenvolvimento de atividades sustentáveis, de acordo com a vocação regional, em função da baixa rentabilidade destas atividades produtivas. Lotes com tamanho adequado para o desenvolvimento de sistemas de produção pecuária, seja de leite ou corte, baseadas prioritariamente na utilização do campo nativo para a alimentação dos animais permitem a reprodução social das famílias em conjunto com a conservação do Bioma Pampa.

Em função das características culturais das famílias assentadas, alternativa que pode ser utilizada para melhoria do processo de reforma agrária na região é a

priorização da população rural da própria região para instalação dos projetos de assentamento. Famílias assentadas em sua própria região de origem possuem maior conhecimento das condições do agroecossistema, maior facilidade para o desenvolvimento das atividades produtivas regionais e apoio próximo da família para superar as adversidades enfrentadas.

Tamanho adequado dos lotes e a priorização de famílias da própria região são estratégias importantes para instalação de modelos diferenciados de assentamentos na Campanha Gaúcha. A proposta de uma reforma agrária diferenciada nesta região pode contribuir para a redução do tempo necessário para viabilização das famílias, menor evasão nos assentamentos e menor investimento de recursos públicos em atividades produtivas insustentáveis nas condições locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUINAGA, Antonio José Queirolo. **Caracterização de sistemas de produção de bovinos de corte na região da Campanha do estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS, 2009, Tese de Doutorado.

AMARAL, Luis Carlos. **Entrevista pessoal.** Extensionista do Escritório Municipal da EMATER de Aceguá e Bagé. 2011.

ANDREATTA, Tanice. **Bovinocultura de Corte no Rio Grande do Sul: Um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas.** Porto Alegre: UFRGS, 2009. (tese de doutorado)

BELATO, Dinarte. **Histórico da reforma agrária no Rio Grande do Sul.** Anotações de aula, 2010.

BERGAMASCO, Sonia M.P.P., FIGUEIREDO, Nelly M. S. de, PINTO, Leonardo de B. e OLIVEIRA, Rosângela A.P. Assentamentos Rurais e distribuição de Terras, in **Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil.** Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira, Rosângela Cintrão e Sérgio Pereira Leite. 2002

BRUNO, Regina e MEDEIROS, Leonilde. **Percentuais e causas das evasões nos assentamentos rurais.** Brasília: Projeto Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2001.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **O arrendamento da terra no assentamento São Leopoldo - Sant'Ana do Livramento/RS:** iniciação uma discussão. Uberlândia – MG: Universidade Federal de Uberlândia, II Encontro de Grupos de Pesquisa, 2006.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **A Reforma Agrária na Campanha Gaúcha:** a (re) construção de espaços socioculturais. Disponível em http://www.geografiaememoria.ig.ufu.br/downloads/Marcelo_Cervo_Chelotti_A_REFERENCIA_AGRARIA_NA_CAMPANHA_GAUCHA.pdf , capturado em 26/07/2011.

COTRIM, Marcelo de Souza. **“Pecuária Familiar” na região da “Serra do Sudeste” do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconomica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS.** Porto Alegre: UFRGS, 2003. (Dissertação de mestrado)

DAMBORIARENA, Estefania e SABLAYROLLES, Philipe. **Diagnóstico para o Desenvolvimento Agrícola dos Assentados do Município de Bagé**. Bagé – RS: CICDA/CETAP, 1992.

EMATER Rio Grande do Sul / ASCAR. **Plano de Recuperação do Assentamento Alto Alegre**. Dom Pedrito: EMATER/RS-ASCAR, 2010 a. (não publicado)

EMATER Rio Grande do Sul / ASCAR. **Plano de Recuperação do Assentamento Upacaráí**. Dom Pedrito: EMATER/RS-ASCAR, 2010 b. (não publicado)

EMATER Rio Grande do Sul / ASCAR. **Plano de Recuperação do Assentamento Vista Nova**. Dom Pedrito: EMATER/RS-ASCAR, 2010 c. (não publicado)

EMATER. Rio Grande do Sul / ASCAR. **Diretrizes para ação extensionista na EMATER/RS-ASCAR: a gestão do processo de planejamento**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2011.

FABRICIO, Maria Lucia Stocker. **Colônia Nova esperança: Um Estudo de Caso**. 1987. (não publicado)

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Disponível no site <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/> Capturado em 20/07/2011.

HEREDIA, Beatriz. **Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil**. *En publicação*: Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira, Rosângela Cintrão e Sérgio Pereira Leite. 2002

KLOPPENBURG, Alex José. **TRIGOLÂNDIA – A Colonização em Bagé e o Pioneirismo da Cultura do Trigo em Zona de Campo**. Viamão: Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição, 1974. Trabalho da disciplina História do Brasil (mimeografado).

LEITE, Sérgio Pereira, HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, Leonilde, PALMEIRA, Moacir e CINTRÃO, Rosângela. **Impactos econômicos dos assentamentos rurais no Brasil: análise das suas dimensões regionais**. Impactos dos Assentamentos – Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LIMA, Sérgio Ricardo R. e MOREIRA, Gisela Lemos. **A estrutura fundiária brasileira e o papel dos assentamentos rurais na (re) organização do território brasileiro**. X Encontro Nacional de Economia Política, 2005. (mimeo)

MDA/INCRA. **Pesquisa sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária**. Capturado no site http://pqra.incra.gov.br/index.php?option=com_docman&Itemid=4, em 16/07/2011.

MELLO, Paulo Freire. **Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFSM, 2006. p. (dissertação de mestrado).

MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme e WIVES, Daniela Garcez. **Desenvolvimento sustentável: performances dos sistemas de produção da banana na microrregião do litoral norte do Rio Grande do Sul**. 47º Congresso da SOBER, 2009.

MIGUEL, Lovois de Andrade, MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme Adalberto, NABINGER, Carlos, SANGUINÉ, Eliane, WAQUIL, Paulo Dabdab, SCHNEIDER, Sergio. **Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul**. Disponível no site <http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m02t03.pdf>, capturado em 24/07/2011.

MIGUEL, Lovois e SEVERO, Christiane Marques. **A Sustentabilidade dos Sistemas de Produção de Bovinocultura de Corte do Estado do Rio Grande do Sul**. In: REDES, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), vol. 11, nº 3, Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, setembro/ dezembro de 2006.

NAVARRO, Zander; MORAES, Maria Estela e MENEZES, Raul. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonildes e LEITE, Sérgio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**. Porto Alegre, UFRGS, 1999.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades**. Disponível no site <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>, capturado em 23/08/2011.

OTT, Henrique. **Breve Resumo Histórico Mennonita**. Setembro/1995. (não publicado)

PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio. Debates Econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária, in CARVALHO COSTA, Luiz Flávio e

SANTOS, Raimundo, orgs. **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Editora MAUAD, 1998. pp. 92-163.

PESAVENTO, SANDRA. **História do Rio Grande do Sul**. 7ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema/S.P.** Presidente Prudente: UNESP, 2002 (dissertação de mestrado).

RIBEIRO, Cláudio Marques. **Estudo do Modo de Vida dos Pecuaristas Familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. (Tese de doutorado)

RIBEIRO, Michelli Medeiros Cabral. **Modelos de Reforma Agrária: Evasão e permanência em assentamentos rurais no Estado de Tocantins**. Viçosa: UFV, 2009. (Dissertação de mestrado).

RIEDL, Mário; NAVARRO, Zander. Reforma agrária na Região Sul. In: SCHMIDT, B. V. *et al* (Org.) **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Ed. UNB, 1998.

SCHWANZ, Angélica Kohls e ZANIRATO, Silvia Helena. **A transformação da paisagem no pampa gaúcho e a constituição das memórias**. Maringá: XVII Semana de Geografia, UEM, agosto/2008.

SOCIEDADE AMIGOS DA COLÔNIA SALVADOR JARDIM. 1964-1989 25 anos da Colônia. Bagé: **Revista Comemorativa ao Jubileu de Prata da Colônia Salvador Jardim**, 1989.

STAMMEL, José Germano. **Desenvolvimento sustentado do Pampa**. Porto Alegre: A Hora Veterinária, v. 18, nº 104, julho/agosto, 1998. (periódico).

TABORDA, Tarcísio Antônio Costa Taborda. **A colônia alemã de Hulha Negra**. Bagé, 1975. (cópia de jornal da época)

VIGUIÉ, Renaud. **O leite, carro chefe do desenvolvimento para as zonas de reforma agrária – Diagnóstico de uma intensificação agrícola difícil na fronteira sul do Brasil**. Nogente sur Marne – França: CICDA, 2002. (monografia para obtenção do diploma de Agronomia Tropical)

YIN, Robert. **Estudo de Caso**. Disponível no site <http://pt.scribd.com/doc/18238247/Robert-Yin-Estudo-de-Caso-livro-capitulos-1-e-2> , capturado em 23/08/2011.